

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça Del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000



DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA Nº 009/2024

Órgão: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SETOR DE PLANEJAMENTO

Responsável pela Demanda: RICARDO BITTENCOURT

Matrícula: 8412

E-mail: ricardoobras@novatrento.sc.gov.br

Telefone: (48) 3267-3282

Indicação do Gestor do Contrato (§ 3º do art. 7º e art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

Nome do Gestor do Contrato: RICARDO BITTENCOURT

E-mail: ricardoobras@novatrento.sc.gov.br

Telefone: (48) 3267-3282

Indicação do Fiscal do Contrato (§ 3º do art. 7º e art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

Nome do Fiscal do Contrato: TIAGO GUIZONI NETO

E-mail: engenharia@novatrento.sc.gov.br

Telefone: (48) 3267-3204

1. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.

2. Justificativa da necessidade da contratação e resultados pretendidos

2.1 Justificativa

Trata-se de contratação de obra, classificada como obra comum de engenharia, com fornecimento de materiais, referente à drenagem da Rua Elias Salvador Cadorin, bairro Trinta Réis no município de Nova Trento/SC.

A contratação de pessoa jurídica especializada nesse tipo de obra faz-se necessária para melhorar as condições de trafegabilidade nesta via, que, atualmente, encontra-se sem drenagem e com revestimento primário em situação precária.

A presente proposta ainda tem como objetivo a melhoria da infraestrutura das Vias Urbanas do município de Nova Trento, que beneficiará diretamente toda a população que utiliza da infraestrutura.

2.2 Resultados Pretendidos

Dentre os resultados pretendidos estão: sendo a melhoria das condições de trafegabilidade na Rua Elias Salvador Cadorin, incluindo a implementação de um sistema de drenagem pluvial eficiente, prevenindo alagamentos, erosões e garantido o escoamento adequado das águas pluviais.



PREFEITURA DE NOVA TRENTO

CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça Del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000



E os resultados vão de encontro com a obra sendo executada conforme o projeto de engenharia elaborado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

3. Descrições e quantidades

ESTIMATIVA DAS OLIANTIDADES (Art. 18. Inciso IV. Lei nº 14.33/2021)

LOTE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTD.
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.	Obra	01
Observa	ações gerais		

- 4.1. Prazo de Entrega/ Execução: 02 (dois) meses, 60 dias corridos.
- 4.2. Local da Entrega/Execução: Rua Elias Salvador Cadorin, no bairro Trinta Réis no Município de Nova Trento/SC.
- 4.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos: Tiago Guizoni Neto
- 4.4. Dotação Orçamentária: 4.4.90.1.500.7000.000
- 4.5. Prazo para pagamento: Após a apresentação do boletim de medição, certidões negativas de débitos e respectiva NF, os

pagamentos serão rea	lizados em até 30 dias.
_	Nova Trento, 18 de abril de 2024 Documento assinado digitalmente TIAGO GUIZONI NETO Data: 18/04/2024 09:48:34-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
	TIAGO GUIZONI NETO – Matrícula 9531
	e com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência ra a contratação e demais providências cabíveis.
CIENTE:	Documento assinado digitalmente RICARDO BITTENCOURT Data: 18/04/2024 10:57:47-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
	RICARDO BITENCOURT - Matrícula 8412





Nova Trento, 16 de abril de 2024.

Comunicação Interna Nº 035/2024

Prezado Sr. Fernando Sens Diretor de Compras, Licitações e Contratos

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, informar dotação Orçamentaria para o processo licitatório conforme em anexo o pedido.

RGÃO		SECRETARIA DE TRANSP.,OBRAS, SERV.URBANOS E PLANEJ
UNIDADE	001	SECRETARIA DE TRANSP.,OBRAS, SERV.URBANOS E PLANEJ
FUNCIONAL	15.452.0008	
PROJETO ATIVIDADE:	1.027	CONSTRUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	91	4.4.90.1.500.700.000

Sendo o que tínhamos para o momento.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente

DANIEL RONGALIO
Data: 16/04/2024 10:28:49-0300

Data: 16/04/2024 10:28:49-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Daniel Rongalio Secretário de Finanças





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) - Nº 009/2024

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de contratação de obra, classificada como obra comum de engenharia, com fornecimento de materiais, referente à drenagem da Rua Elias Salvador Cadorin, bairro Trinta Réis no município de Nova Trento/SC.

A contratação de pessoa jurídica especializada nesse tipo de obra faz-se necessária para melhorar as condições de trafegabilidade nesta via, que, atualmente, encontra-se sem drenagem e com revestimento primário em situação precária.

A presente proposta ainda tem como objetivo a melhoria da infraestrutura das Vias Urbanas do município de Nova Trento, que beneficiará diretamente toda a população que utiliza da infraestrutura.

II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA):

Esta obra consta no PCA para o ano de 2024.

III. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

A obra de engenharia a ser contratada deverá atender às quantidades solicitadas no projeto de engenharia, além de ser executada com segurança através do uso de Equipamentos de Segurança Individuais e Coletivos que se fizerem necessários durante a execução do objeto, além de seguir as Normas Técnicas vigentes para os serviços prestados.

Ainda, o fornecedor deverá:

a) Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Estado de origem, domicílio ou sede da licitante. O visto do CREA/SC para empresas não domiciliadas no estado, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato.







- Possuir 01 (um) Engenheiro Civil e/ou 01 (um) Arquiteto no quadro funcional da empresa, cuja forma de vinculação deste profissional à empresa será especificado no Termo de Referência;
- c) Fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução das atividades realizadas;
- d) Comprovar capacidade técnica-operacional da forma que será especificada no Termo de Referência.

IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

LOTE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTD.
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.	Obra	01

A previsão do quantitativo total para cada item que compõe a obra está especificada no arquivo PLANILHA ORÇAMENTÁRIA do projeto de engenharia em anexo, elaborado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

Por se tratar de obra com quantidade vultosa de itens, não serão discriminados os itens neste documento.

Contudo, conforme informado, todos os quantitativos podem ser encontrados na planilha orçamentária.

A quantidade de cada item a ser contratada é necessária para execução da obra considerando as especificações do projeto, ou seja, a quantidade é necessária para drenagem da Rua Elias Salvador Cadorin.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.







Não foi possível encontrar contratações idênticas em outros editais e meios de contratação, visto que se trata de obra de pavimentação, portanto, de características únicas devido à via em que se pretende executar a obra.

Logo, por se tratar de obra de engenharia, os levantamentos de valores referenciais ocorreram por meio de planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA-SC) e composições utilizando-se os quantitativos e itens especificados no projeto de engenharia.

Considerando que se trata de obra de engenharia e que, apesar de obras com especificações diferentes - mas que possuem a mesma natureza, qual seja, obras de pavimentação, drenagem e sinalização viária - foram encontradas variedade de empresas que poderiam executar o objeto deste ETP, verificando-se então a ampla disponibilidade de empresas aptas à contratação, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Tratando-se de obra de engenharia, o valor referencial da obra foi obtido por meio de planilha SINAPI, SICRO, DEINFRA-SC e composições, conforme exposto no Item V deste ETP, e evidenciado na planilha orçamentária.

Logo, obteve-se o valor da contratação estimado em R\$ 62.547,50 (sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme detalhado na Planilha Orçamentária anexa ao projeto de engenharia.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

O objeto deste ETP é a contratação de obra de drenagem da Rua Elias Salvador Cadorin, no bairro Trinta Réis no Município de Nova Trento/SC.

Diante disso, a empresa a ser contratada para execução desta obra será responsável pelas seguintes etapas como um todo:

- Serviços iniciais;
- Drenagem.





Por se tratar de obra considerável, deverá a empresa fornecer garantia quinquenal da obra, conforme disposto no artigo 618 do Código Civil.

A empresa, ainda, será responsável pela assistência técnica durante a execução da obra, visando dirimir eventuais questionamentos quanto aos materiais, equipamentos e/ou mão de obra utilizados, além de prestar, prontamente, assistência no caso de reparos que venham a acontecer pela má execução do objeto contratado.

É importante também salientar a necessidade de que a empresa contratada execute todas as etapas necessárias para a conclusão da obra, objeto deste ETP e do projeto de engenharia elaborado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, dentro do prazo estabelecido no cronograma da obra, qual seja, 02 (dois) meses, 60 (sessenta) dias corridos, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Este objeto trata-se de obra em lote único, visando à homogeneidade de execução dos serviços, contudo, não há prejuízos técnicos ou econômicos devido ao lote único.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Os resultados pretendidos vão ao encontro das observações previstas no item VII deste documento, sendo a melhoria das condições de trafegabilidade na Rua Elias Salvador Cadorin, incluindo a implementação de um sistema de drenagem pluvial eficiente, prevenindo alagamentos, erosões e garantido o escoamento adequado das águas pluviais.

E os resultados vão de encontro com a obra sendo executada conforme o projeto de engenharia elaborado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis.

Página 4 de 6





X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO:

O Município indicará com precisão o local a ser executada a obra, além de indicar o fiscal que acompanhará a obra.

A fiscalização, durante a execução, elaborará relatório fotográfico detalhado a fim de comprovar a execução da obra conforme cronograma físico-financeiro.

- O Município de Nova Trento emitirá Ordem de Serviço (OS) para o início dos trabalhos.
- O Município de Nova Trento providenciará conta para a garantia do contrato, conforme edital, que será repassada ao vencedor após o certame e previamente à assinatura do contrato.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratações correlatas ou interdependentes no presente processo.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

Contudo, caso durante a execução observe-se necessário executar alguma das medidas mitigadoras, haverá então a possibilidade de novas contratações para dirimir os efeitos causados por possíveis impactos ambientais.

Os possíveis impactos ambientais envolvem:

- 1) Aumento da pressão acústica (ruídos);
- 2) Ocorrência ou incremento de processos erosivos em cortes e aterros;
- 3) Ocorrência de processos erosivos em função do direcionamento das águas pluviais do leito;
 - 4) Acúmulo de resíduos sólidos nas margens e faixas de domínio.

É importante salientar que os possíveis impactos aqui listados são reversíveis, ou seja, no caso de realmente haver o dano, existem ações que podem solucionar a ocorrência.

Para cada possível impacto ambiental acima descrito, há medidas mitigadoras cabíveis:





- Para o aumento da pressão acústica (ruídos) devido aos equipamentos utilizados (veículos, caminhões, máquinas, etc), a empresa ficará condicionada apenas à execução da obra em período diurno, das 7h às 18h, não interferindo assim nos horários de repouso dos moradores do entorno;
- 2) Para a ocorrência de processos erosivos em cortes e aterros, deve-se otimizar a compensação de cortes e de aterros, além de limitar os serviços de escavação às áreas de intervenção. Ainda, é possível realizar o controle de estabilidade geotécnica de taludes por meio de vistorias por parte da fiscalização e reabilitar possíveis áreas degradadas com vegetação.
- 3) Para a incidência de processos erosivos em função do direcionamento das águas pluviais do leito, é importante o controle de drenagem, além do seu correto dimensionamento no projeto de forma a garantir a completa drenagem do entorno, para que não haja processos erosivos;

É importante mencionar a necessidade do controle de desmate às áreas de intervenção, caso sejam necessários, e que estes ocorram apenas após licença junto ao órgão florestal/ambiental competente, além de se proteger as árvores de valor paisagístico e/ou imunes de corte.

XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Considera-se viável o prosseguimento dos atos administrativos a fim de que ocorram as contratações das obras de engenharia em questão.

Nova Trento, 18 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente

TIAGO GUIZONI NETO

Data: 18/04/2024 09:48:34-0300

Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO GUIZONI NETO

Eng. Civil CREA/SC 155.805-8

Documento assinado digitalmente

RICARDO BITTENCOURT
Data: 18/04/2024 10:57:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RICARDO BITTENCOURT

Secretário de Transporte e Obras





TERMO DE REFERENCIA - Nº 009/2024

Conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 6°, e § 1° do artigo 40, da Lei Federal n.º 14.133/2021, Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

I. OBJETO:

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTD.	VALOR
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.	Obra	01	R\$ 62.547,50

II. FUNDAMENTAÇÃO:

O presente objeto de contratação teve como apoio o Estudo Técnico Preliminar Nº 009/2024, datado em 18 de abril de 2024.

III. SOLUÇÃO COMO UM TODO:

O objeto deste TR é a contratação de obra de drenagem da Rua Elias Salvador Cadorin, no bairro Trinta Réis no Município de Nova Trento/SC.

Diante disso, a empresa a ser contratada para execução desta obra será responsável pelas seguintes etapas como um todo:

- Serviços iniciais;
- Drenagem.

Por se tratar de obra considerável, deverá a empresa fornecer garantia quinquenal da obra, conforme disposto no artigo 618 do Código Civil.

A empresa, ainda, será responsável pela assistência técnica durante a execução da obra, visando dirimir eventuais questionamentos quanto aos materiais, equipamentos e/ou





mão de obra utilizados, além de prestar, prontamente, assistência no caso de reparos que venham a acontecer pela má execução do objeto contratado.

É importante também salientar a necessidade de que a empresa contratada execute todas as etapas necessárias para a conclusão da obra, objeto deste TR e do projeto de engenharia elaborado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, dentro do prazo estabelecido no cronograma da obra, qual seja, 02 (dois) meses, 60 (sessenta) dias corridos, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

IV. REQUESITOS DA CONTRATAÇÃO:

A obra de engenharia a ser contratada deverá atender às quantidades solicitadas no projeto de engenharia, além de ser executada com segurança através do uso de Equipamentos de Segurança Individuais e Coletivos que se fizerem necessários durante a execução do objeto, além de seguir as Normas Técnicas vigentes para os serviços prestados.

Ainda, o fornecedor deverá:

- a) Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Estado de origem, domicílio ou sede da licitante. O visto do CREA/SC para empresas não domiciliadas no estado, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato.
- b) Possuir 01 (um) Engenheiro Civil e/ou 01 (um) Arquiteto no quadro funcional da empresa, cuja forma de vinculação deste profissional à empresa será especificado no Termo de Referência;
- c) Fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução das atividades realizadas;
- d) Comprovar capacidade técnica-operacional da forma que será especificada no Termo de Referência.

São requisitos da contratação também os itens dispostos no item VIII deste TR.





V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução se dará por empreitada por preço global, com os itens e quantitativos especificados na planilha orçamentária do projeto de engenharia.

As execuções deverão ocorrer conforme cronograma estabelecido no projeto de engenharia e conforme normas técnicas vigentes para esse tipo de obra, incluindo também a utilização de EPI's e EPC's, quando necessários.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O início da execução deverá ocorrer a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Ao final da execução e estando a obra aprovada pela fiscalização, será emitido o respectivo Termo de Recebimento da Obra.

A fiscalização ocorrerá pelo setor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento/SC.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Os pagamentos de todas as medições, mediante emissão dos respectivos boletins de medição assinados, ficam condicionados a apresentação das respectivas Notas Fiscais (NF).

Após a apresentação do boletim de medição, certidões negativas de débitos e respectiva NF, os pagamentos serão realizados em até 30 dias.

O primeiro pagamento ocorrerá apenas mediante a apresentação da CNO – Cadastro Nacional de Obra, da referida obra objeto deste Termo de Referência.

VIII. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A proponente deverá apresentar todas as CNDs em dia, sendo: municipal, estadual, federal, falência e concordata (de acordo com o Tribunal de Justiça da sede da empresa), trabalhista e FGTS, Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica no site do TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP) e Certidão Negativa Correcional (CGU – PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).





Ainda, deverá apresentar o contrato social e cartão CNPJ, que deverá conter CNA adequado para o objeto da contratação.

A empresa deverá comprovar seu registro de pessoa jurídica no CREA/CAU através de Certidão de Registro de Empresa emitida por estes Conselhos, comprovando sua regularidade no ano em questão.

A empresa deverá comprovar o vínculo de no mínimo 01 (um) profissional de nível superior em Engenharia Civil ou Arquitetura, através de:

- a) Cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social, contendo as folhas: número e registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração se salário; ou
 - b) Ficha de Registro de Empregados, em frente e verso; ou
 - c) Contrato de Trabalho, com firma reconhecida; ou
 - d) Contrato de Prestação de Serviços.

Caso o responsável técnico for o próprio proprietário da empresa, devidamente comprovado no Contrato Social apresentado para este certame, a (s) cópia (s) da Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregados ou do contrato de Trabalho, ficará (ão) dispensada (s).

Deverão ser apresentados, além dos nomes dos profissionais, seus CPF's/MF e número de inscrição no CREA/CAU (apenas do técnico), bem como as suas qualificações e domicílios.

Comprovação da capacidade Técnico-Operacional e Técnico-Profissional através de Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que a empresa proponente e seu responsável técnico já executaram (devendo se tratar de obra finalizada) objeto semelhante ao licitado, sendo exigido 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância previstos no orçamento base, devidamente registrado no CREA/CAU e acompanhado de acervo técnico com atividade de EXECUÇÃO, nos termos do artigo 67, inciso II, § 1º e § 2,º da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme planilha abaixo:

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANTIDADE (EXECUTADA)
ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	М	80
CAIXA DE CAPTAÇÃO	UN.	4







O registro do Atestado de Capacidade Técnico Profissional no CREA/CAU deverá ocorrer antes da data agendada para o certame.

A proponente deverá apresentar declaração informando que está ciente de todos os componentes expressos nas peças gráficas, memoriais, planilhas e perspectivas, e responsabilizando-se pela execução de todos os itens constantes nesses documentos.

A proponente deverá apresentar declaração se comprometendo a apresentar o CNO da RFB no início da obra, estando o primeiro pagamento condicionado a esta apresentação, e sua respectiva CND de INSS da Obra da RFB, ao final, estando condicionado o Termo de Recebimento da Obra Definitivo à apresentação deste documento

IX. VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Tratando-se de obra de engenharia, os levantamentos de valores referenciais ocorreram por meio de planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA-SC) e composições utilizando-se os quantitativos e itens especificados no projeto de engenharia.

Logo, obteve-se o valor da contratação estimado em R\$ 62.547,50 (sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme detalhado na Planilha Orçamentária anexa ao projeto de engenharia.

Observação: Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da contratação (artigo 59 da Lei 14.133/2021).

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Há reserva de dotação para a contratação do objeto descrito no Item I deste Termo de Referência, sendo a Dotação orçamentária 4.4.90.1.500.7000.000 de recurso próprio, respectivamente, na importância de R\$ 62.547,50 (sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).





XI. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕE A OBRA:

As etapas a serem realizadas e que compõem a obra de drenagem da Rua Elias Salvador Cadorin, no bairro Trinta Réis no Município de Nova Trento/SC, são:

- Serviços iniciais;
- Drenagem.

A empresa, ainda, será responsável pela assistência técnica durante a execução da obra, visando dirimir eventuais questionamentos quanto aos materiais, equipamentos e/ou mão de obra utilizados, além de prestar, prontamente, assistência no caso de reparos que venham a acontecer pela má execução do objeto contratado.

É importante também salientar a necessidade de que a empresa contratada execute todas as etapas necessárias para a conclusão da obra, objeto deste TR e do projeto de engenharia elaborado pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, dentro do prazo estabelecido no cronograma da obra, qual seja, 02 (dois) meses, 60 (sessenta) dias corridos, a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Por se tratar de obra com quantidade vultosa de itens, não serão discriminados os itens neste documento. Contudo, todos os quantitativos podem ser encontrados na planilha orçamentária.

A quantidade de cada item a ser contratada é a necessária para execução da obra considerando-se as especificações do projeto, ou seja, a quantidade é a necessária para melhoria das condições de trafegabilidade na Rua Elias Salvador Cadorin.

XII. LODAL DE EXECUÇÃO:

Drenagem pluvial da Rua Elias Salvador Cadorin, Trinta Réis - Nova Trento/SC.

27° 17' 24.95" S

48° 56' 6.21" O

XIII. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Haverá garantia quinquenal desta obra de engenharia, pois se trata de construção considerável (Lei Federal n.º 10.406/2002, artigo 618).





Ainda, a obra de engenharia deve cumprir fielmente as especificações da descrição dos itens e do projeto de engenharia, bem como todas as exigências deste Termo de Referência.

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no item IX deste TR, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021.

Será exigido garantia contratual conforme previsão no art. 96, § 1º da Lei N.º 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Após homologação do processo, o Município de Nova Trento informará os dados bancários, por meio de documento formal, para depósito da garantia contratual, no caso de o contratado escolher essa opção.

Nova Trento, 18 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente

TIAGO GUIZONI NETO
Data: 18/04/2024 09:48:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.bi

Documento assinado digitalmente

RICARDO BITTENCOURT
Data: 18/04/2024 10:57:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO GUIZONI NETO

Eng. Civil CREA/SC 155.805-8

RICARDO BITTENCOURT

Secretário de Transporte e Obras

Página 7 de 7





MAPA DE RISCOS

ET	APA: FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA			
(X) Planejamento da Contratação	o e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato				
RISCO: Subdimensionar a quantidade de profissionais necessários à execução das atividades diárias.				
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta			
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta			
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto.			
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando			
Aberia popular pentuajudo a reasone sedem	unidade de medida, quantidade e prazo de início e conclusão.			
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Transporte e Obras			
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Complementação de informações.			
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Transporte e Obras			
ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES				
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor				

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
RISCO: Estudos preliminares deficientes.		
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta	
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta	
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.	
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos necessários para os estudos preliminares.	
RESPONSÁVEL:	Setor de Planejamento Urbano.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.	
RESPONSÁVEL:	Setor de Planejamento Urbano.	

ETAPA: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
RISCO: Falha na elaboração do termo de referência.		
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta	
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta	
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com	
	processo licitatório ineficiente.	
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos	
necessários para o termo de referência.		
RESPONSÁVEL:	Setor de Planejamento Urbano.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Corrigir as deficiências detectadas no termo de referência.	
RESPONSÁVEL:	Setor de Planejamento Urbano.	





ETAPA: DESIGNAÇ	ÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU PREGOIEIRO
(X) Planejamento da Contrataçã	o e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato	
	de designação formal do agente de contratação ou pregoeiro
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média ()Alta
DANO:	Atraso na contratação do objeto.
AÇÃO PREVENTIVA:	Identificar no processo, ato formal da autoridade competente
	designando o agente ou pregoeiro.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração e Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação formal do agente ou pregoeiro.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração e Planejamento.
	An
ETAPA	: ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
(X) Planejamento da Contratação	o e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato	
RISCO: R	estrição da competitividade, impugnação do edital.
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta
DANO:	Atraso ou anulação da licitação. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Submissão do processo a análise da Procuradoria Jurídica. Verificar a
	existência de cláusulas nulas e/ou restritivas.
RESPONSÁVEL:	Agente de contratação ou Pregoeiro.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Readequação do edital com retirada de cláusulas nulas e/ou restritivas.
RESPONSÁVEL:	Agente de contratação ou Pregoeiro.
ETAPA:	PUBLICAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO EDITAL
(X) Planejamento da Contratação	o e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato	
F	RISCO: Ausência de publicação do edital.
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média ()Alta
DANO:	Anulação dos atos praticados.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando este item.
RESPONSÁVEL:	Agente de contratação ou Pregoeiro.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de
	apresentação da proposta.
RESPONSÁ VEL:	Agente de contratação ou Pregoeiro



RESPONSÁVEL:

RESPONSÁVEL:

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:

e Obras

Prefeitura Municipal Nova Trento



ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO		
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
(X) Gestão do Contrato		
	RISCO: Não assinatura do contrato.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta	
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta	
DANO:	Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.	
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificação se o fornecedor reúne todos os requisitos necessários exigidos no edital.	
RESPONSÁVEL:	Agente de contratação ou Pregoeiro.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação de fornecedor mais bem classificado.	
RESPONSÁVEL:	Agente de contratação ou Pregoeiro.	
The substitute of the substitute of the E	TAPA: PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contrataçã	o e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato		
RISC	O: Falta de publicidade do ato administrativo.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta	
IMPACTO:	(X) Baixa () Média ()Alta	
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.	
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando este item.	
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.	
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.	
ETAPA: DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
(X) Gestão do Contrato		
RISCO: Falta de publicidade do ato administrativo.		
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta	
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta	
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização.	
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do	

contrato. Promover capacitação dos fiscais/gestor do contrato.

Secretaria de Administração e Planejamento e Secretaria de Transporte

Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contrato.

Secretaria de Administração e Planejamento e Secretaria de Transporte





	ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS					
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor						
(X) Gestão do Contrato						
RIS	CO: Execução em desacordo com o contrato.					
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta					
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta					
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.					
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar e solicitar a resolução imediata.					
RESPONSÁVEL:	Fiscalização da obra.					
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Aplicar sanções previstas no contrato.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					
RISCO: Não pa	gamento de salários e benefícios correspondentes à CCT					
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta					
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta					
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.					
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar verificação mensal de comprovação de quitação de salários e benefícios.					
RESPONSÁVEL:	Comissão de fiscalização.					
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter créditos, em valores correspondentes à inadimplência e efetivar					
	pagamento diretamente ao beneficiário e, demostrada a incapacidade,					
	assunção do contrato.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					
RISCO: Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS.						
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta					
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta					
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.					
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar verificação mensal de comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e sociais.					
RESPONSÁVEL:	Comissão de fiscalização.					
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter créditos, em valores correspondentes à inadimplência e efetivar					
(三年)。	pagamento diretamente ao beneficiário e, demostrada a incapacidade,					
	assunção do contrato.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					
RIS	CO: Não reposição de mão de obra ausente.					
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta					
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta					
DANO:	Prejuízo ao erário.					
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar imediatamente à contratada para reposição.					
RESPONSÁVEL:	Comissão de fiscalização.					
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Promover a glosa do valor na nota fiscal.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					







() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor							
(X) Gestão do Contrato	o e Seleção do Fornecedor						
(A) Gestae de Contrate	RISCO: Prorrogação não vantajosa.						
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta						
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta						
DANO:	Prejuízo ao erário.						
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a						
	vantajosidade da prorrogação do contrato.						
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.						
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo						
	possível, abertura de novo processo licitatório.						
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.						
E	TAPA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO						
() Planejamento da Contratação	o e Seleção do Fornecedor						
(X) Gestão do Contrato							
	ntrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.						
PROBABILIDADE:	() Baixa () Média (X)Alta						
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta						
DANO:	Prejuízo ao erário.						
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de						
	quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas.						
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.						
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.						
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.						
ETAPA: REPACTUAÇÕES / REAJUSTES DO CONTRATO							
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor							
(X) Gestão do Contrato	,						
RISCO: Desequilíbrio do contra	to; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; Análise inadequada						
· 产品的数据	das planilhas; Jogo de planilha.						
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta						
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta						
DANO:	Prejuízo ao erário.						
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços de mão-						
	de-obra (CCT) e materiais (índices). Contar com apoio profissional da						
	área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista						
All the second transportation and the second	a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.						
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.						
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior.						
	Negociar preços mais vantajosos.						
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.						





ETAPA:	GARANTIAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL					
() Planejamento da Contrataçã	o e Seleção do Fornecedor					
(X) Gestão do Contrato						
	apresentação de garantias ou garantias insuficientes.					
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média ()Alta					
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta					
DANO:	Prejuízo ao erário.					
AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de despesa pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e prejuízos a terceiros.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Retenção de valores correspondentes a garantia até sua efetivação.					
	Execução da apólice de seguro.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					
E	TAPA: PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS					
() Planejamento da Contratação	•					
(X) Gestão do Contrato						
RISCO: Não retenção do	os valores dos impostos, encargos patronais e da conta vinculada.					
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta					
IMPACTO:	() Baixa (X) Média ()Alta					
DANO:	Responsabilização subsidiária a substituição tributária.					
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário, bem como encargos sociais.					
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Finanças.					
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.					
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Finanças.					
	ETAPA: SANÇÕES					
() Planejamento da Contratação						
(X) Gestão do Contrato						
	equado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.					
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta					
IMPACTO:	() Baixa () Média (X)Alta					
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.					
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, mediante normativa interna, os ritos do processo					
	administrativo disciplinar.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.					
RESPONSÁVEL:	Diretor de Compras e Licitações.					



11	Nova
	Trento Terra de Santa Paulina
_	Terra de sandi Padiola

ETA	APA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO						
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor							
(X) Gestão do Contrato							
RISCO: Não observ	/ar se os requisitos do contrato foram plenamente atendidos.						
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média ()Alta						
IMPACTO:	() Baixa (X) Média ()Alta						
DANO:	Prejuízo ao erário.						
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de processo trabalhista, pendências trabalhistas e ressarcimentos.						
RESPONSÁVEL:	Comissão de fiscalização.						
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a seguradora, reter valores até o limite do ressarcimento.						
RESPONSÁVEL:	Comissão de fiscalização.						

Nova Trento, 18 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente Data: 18/04/2024 09:48:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO GUIZONI NETO

Eng. Civil CREA/SC 155.805-8

Documento assinado digitalmente GOV.by RICARDO BITTENCOURT
Data: 18/04/2024 10:57:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RICARDO BITTENCOURT

Secretário de Transporte e Obras

Página 7 de 7





MATRIZ DE RISCO - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021, ART. 22

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.

TIPO DE RISCO	DESCRICÃO	MATERIALIZAÇÃO		ALOCAÇÃO DA RESPONSABILDIADE
THO DE KISCO	DESCRIÇÃO	(CONSEQUÊNCIA)	MITIGAÇÃO	PELO RISCO
Ambiental	Ocorrência de chuvas, alagamentos geadas, vendavais, raios, granizo ou outros eventos climáticos e ambientais.	Atraso no cronograma da obra; Necessidade de refazer o serviço já executado; Aumento nos custos; Perda de materiais; Danos as instalações provisórias e canteiros de obras; Dificuldade de acesso ao local.	A contratada deve prever os possíveis impactos ambientar em sua proposta. A contratada deve focar seus esforços em períodos de estiagem, inclusive prorrogando os turnos de trabalho ou abrindo novas frentes de serviço.	equivalente ao número de dias de chuva alé da média histórica do local, durante o perío
Execução	Interferências com concessionárias e interrupção na prestação dos serviços públicos.	Necessidade de comunicação à concessionária responsável; Atraso na obra; Reparos nas estruturas danificadas.	A contratada deverá seguir fielmente o projeto e consultar as concessionárias antes do início das obras com a finalidade de conhecer o traçado das infraestruturas que passam pelo	Contratada.
⊏xecução	Colapso de peças de drenagem pluvial durante ou após a execução do serviço.	Perda de serviços já executados; Atraso na obra; Reparos ou troca das estruturas danificadas; Perda de material.	A contratada deverá utilizar materiais de boa qualidade e garantir a execução conforme projeto. A contratada deverá utilizar equipes qualificadas e que já tenham experiência com a execução de redes de drenagem pluvial.	Contratada.
Execução	Ocorrência de danos devido à utilização de material de má qualidade ou incorreto.	Necessidade de troca dos materiais; Aumento nos custos; Perda de serviços já executados e materiais.	A contratada deverá adquirir os produtos em conformidade com o projeto. A contratada deverá garantir que o responsável técnico pela execução ateste qualidade dos materiais utilizados.	Contratada.
Execução	Prejuízos causados a vizinhos e/ou terceiros pela realização das	Atraso na obra; Aumento nos custos.	Seguro de responsabilidade civil.	Contratada.
Execução	Utilização de materiais que não atendam à funcionalidade da obra.	Necessidade de troca dos materiais previamente adquiridos; Aumento nos custos; Aditivo.	O município deverá elaborar projeto básico e executivo com a finalidade de ampliar o detalhamento dos materiais e técnicas construtivas, visando coibir a utilização de materiais que não são adequados para a obra em questão.	Município.
Execução	Acidentes causados por máquinas e/ou ferramentas em trabalhadores na obra ou desmoronamento das estruturas da obra.	propriedade do contratante ou de terceiros; • Indenização por danos materiais ou morais a eventuais vítimas; • Condenações na esfera trabalhista; • Multas, embargos e outras penalidades aplicadas por órgãos de fiscalização; • Responsabilização penal dos	Cumprimento das nomas de segurança do trabalho, em especial da NR-18 e da RPT-1. Acompanhamento dos serviços por responsável técnico. Contratação de seguro de responsabilidade civil ou de risco e engenharia com cobertura adequada. Execução com a utilização de EPI's e EPC's.	Contratada.
Execução	Roubos e furtos de materiais e equipamentos.	 Aumento de custos de execução; Eventuais atrasos para aquisição de novos itens; Eventuais danos às instalações do canteiro de obras ou do contratante. 	Correto armazenamento dos materiais dentro das dependências do canteiro de obras, que deve permanecer trancado	Contratada.
Execução	Atos de vandalismo de empregados ou de terceiros, tanto as obras e/ou instalações/equipamentos/materia	 Aumento de custos de execução; Atrasos no cronograma; Custos com reparos e/ou descarte dos materiais. 	Remuneração do risco assumido pelo construtor.	Contratada.
Execução	Gerenciamento e administração inadequada da pavimentação.	Aumento dos custos ou descumprimentos dos prazos.	Previsão contratual de aplicação de penalidades. Exigência de requisitos adequados de	Contratada.
Execução	Erros na execução da acessibilidade da obra.	 Gastos extras para adequação; Acidentes com os usuários. 	Contratada deve executar a obra conforme projeto. Seguro de responsabilidade civil.	Contratada.
Execução	Ocorrência de outros eventos que causem o atraso na obra ou aumento de custo por culpa do contratado.	Atraso da obra; Aumento dos custos.	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Remuneração do risco assumido pelo	Contratada.

				(2) 5 5
Execução	Erros e defeitos na execução da obra ensejando reconstrução total ou parcial	Atraso da obra; Aumento dos custos; Despesas com a demolição e descarte dos itens defeituosos.	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Remuneração do risco assumido pelo construtor.	FIS no Contratada
Execução	Perda de produtividade.	Aumento do prazo de execução; Variação do custo.	Contratada deverá propor à Contratante plano de ataque da obra e simular condições operacionais.	Contratada.
Execução	Contrata não consegue atingir os requisitos de qualidade.	Retrabalho; Aumento de prazo; Variação de custo.	Não pagamento caso os níveis de serviço não sejam atingidos.	Contratada.
Legal	Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem novos encargos ou obrigações ao contratado.	Aumento dos custos da obra.	Recomposição do Equilíbrio Econômico- Financeiro.	Município, que poderá aditar o contrato, recompondo o seu equilibrio econômico- financeiro, se restar caracterizado que se trata de fato de principe.
Legal	Mudanças tributárias alterando os custos da obra, exceto alterações do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.	Alteração da carga tributária incidente sobre o construtor.	Recomposição do Equilíbrio Econômico- Financeiro.	Município, que celebrará aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro.
Legal	Rescisão ou anulação do contrato por fatores atribuíveis ao contratante.	Frustração de receitas futuras do construtor.	Cláusula específica sobre rescisão e anulação contratual, dispondo sobre os critérios para reembolso dos custos incorridos pelo contrato.	Risco do contratante. As partes convencionam que o valor da indenização paga ao contratado será adstrita a seguintes parcelas: a) desmobilização contratualmente prevista; b) pagamento dos serviços executados e dos materiais postos no canteiro de obras; c) devolução das garantias contratuais.
Mercado	Aumentos nos curso com salários e materiais de construção não decorrentes de alterações tributárias ou políticas públicas, ensejando aumentos de custos superiores aos índices de reajuste contratual.	Aumento dos cursos incorridos pelo construtor.	Remuneração do risco assumido pelo construtor. Política de compras antecipadas.	Contratada.
Pagamento	Inadimplência ou atraso de pagamentos pelo contratante.	 Problemas de liquidez do contratado; Eventual paralisação dos serviços. 	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços e o contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de Pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante, que arcará com a atualização financeira prevista em contrato no caso de o atraso nos pagamentos superar os 30 dias. Também haverá prorrogação do prazo se o período de inadimplência superar os 90 dias.
Projeto	Erro na estimativa de custo da obra, inclusive decorrentes de omissão de serviços no orçamento e de previsões insuficientes de quantitativos de serviços, ou, ainda, previsão de preços unitários subestimados	Alteração da lucratividade prevista.	Análise criteriosa do projeto e do orçamento.	Contratada.
jeto	de serviço no anteprojeto ou no projeto básico pela administração.	 Administração poderá modificar especificações de serviço existentes no anteprojeto ou no projeto básico, se este já estiver aprovado, alterando o escopo dos serviços contratados, o que impactará nos custos e no prazo. 	Celebração de termo de aditamento contratual com ajustes qualitativos e quantitativos no objeto licitado, bem como da alteração do prazo de execução.	Município.
Projeto		 Atraso na execução do objeto contratual. 	Celebração de termo de aditamento contratual com ajustes no prazo de execução.	Município.
Projeto	Modificações do escopo e da especificação de serviços pelo Contratante.	Atraso no cronograma; Elevação dos custos da obra.	Aditivo contratual.	Município.

Documento assinado digitalmente GOV.DI* TIAGO GUIZONI NETO
Data: 18/04/2024 09:48:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br Nova Trento, 18 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente

GOV.D: RICARDO BITTENCOURT
Data: 18/04/2024 10:57:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO GUIZONI NETO RICARDO BITTERNCOURT Eng. Civil CREA/SC 155.805-8 Secretário de Transporte e Obras





LEI № 1684, DE 15 DE JUNHO DE 2000.

DÁ DENOMINAÇÃO À LOGRADOURO PÚBLICO.

Saul José Rover, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere a Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 19 Fica denominada "RUA ELIAS SALVADOR CADORIN", a rua sem nome que inicia na Rua Alferes e vai até os lotes dos herdeiros do mesmo ACÁCIO CADORIN.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de junho de 2000.

SAUL JOSÉ ROVER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada, em 15 de junho de 2000.

CLARISSE CADORIN MARCHIORI Secretária

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 10/08/2018

Valorizamos sua privacidade

Utilizamos cookies para aprimorar sua experiência neste Portal. Ao clicar em "Aceitar todos", você concorda com nossa Política de Privacidade

Personalizar	Rejeitar	Aceitar todos



Associação dos Municípios da Grande Florianópolis CNPJ: 75.846.873/0001-19

Obra DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM - NOVA TRENTO/SC

Bancos B.D.I. SINAPI - 02/2024 - Santa 22,73% Catarina SICRO3 - 10/2023 - Santa Catarina

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

GRANF- Próprio SIN-011 90106 SINAPI 904316 SINAPI 94316 SINAPI 94317 SINAPI							
	Descrição	Ond	Quant	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
	SERVIÇOS INICIAIS					1.026,56	1,64 %
	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO, 1,20m x 2,40m (REF. 74209)	QND	-	836,44	1.026,56	1.026,56	1,64 %
	DRENAGEM PLUVIAL					61.520,94	98,36 %
	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,28 M3), LARGURA DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	e E	187,39	E-2	9,46	1.772,70	2,83%
	BOTA FORA - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 Mª, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	187,39	1,83	2,24	419,75	% 29'0
	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	È	3,96	268,20	329,16	1.303,47	2,08 %
	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO ARGILO- ARENOSO. AF_08/2023	È	160,67	73,32	86.68	14.457,08	23,11 %
	ATERRO - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M², EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	A M3XKM	803,35	1,83	2,24	1.799,50	2,88 %
	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO), AF 12/2015	Σ	20	42,38	52,01	1.040,20	1,66 %
00037450 SINAPI	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	Σ	20	32,46	39,83	796,60	1,27 %
	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO), AF_12/2015	Σ	121	54,42	66,78	8.080,38	12,92 %



Associação dos Municípios da Grande Florianópolis CNPJ: 75.846.873/0001-19

2.9	00037451 SINAPI	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	Σ	121	45,32	55,62	6.730,02	10,76 %
2.10	92810 SINAPI	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF. 12/2015	×	40	66,25	81,30	3.252,00	6,20 %
2.11	00037452 SINAPI	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM	M	40	65,87	80,84	3.233,60	5,17 %
2.12	92811 SINAPI	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	Σ	8	79,02	86'98	775,84	1,24 %
2.13	00037453 SINAPI	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM	M	æ	75,86	93,10	744,80	1,19 %
2.14	0804081 SICRO3	Boca de BSTC D = 0,60 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	5	2	722,86	887,16	1.774,32	2,84 %
2.15	101801 SINAPI	CAIXA DE CAPTAÇÃO TIPO 2 COM GRELHA RETANGULAR DE FERRO FUNDIDO, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,30 X 1,00 X 1,00 AF_12/2020	<u>5</u>	4	1.166,97	1.432,22	5.728,88	9,16%
2.16	GRANF-CC Próprio 006	CAIXA DE CAPTAÇÃO TIPO 1 EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL E GRELHA DE FERRO FUNDIDO 30X100CM	OND	4	1.957,92	2.402,95	9.611,80	15,37 %

Total sem BDI Total do BDI Total Geral

50.971,11 11.576,39 62.547,50

DANIEL DEVERLI DE Assinado de forma digital incolor

JESUS RAMOS:81452284091 Dados: 2024.04.12 11:15:21

RAMOS:8145228409

JESUS

-03,00,

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS ENGENHEIRO CIVIL - CREA/SC 175964-8 CREA/SC 175964-8

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 2024.



Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Nº 042/GFP/2024

Data: 10/04/2024

OBJETO: PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

PREFEITURA: NOVA TRENTO - SC

RESPONSÁVEL: Eng. Daniel Deverli de Jesus Ramos

Senhor(a) Prefeito(a) Municipal,

Cumprimentando-o(a) cordialmente, venho através deste, informar a entrega dos Documentos do Projeto Básico de Infraestrutura DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM, para o setor de Licitação/Gabinete/Secretaria.

Fazem parte dos documentos entregues:

- Peças técnicas (projetos de drenagem);
- Relatórios Técnicos;
- Orçamento e demais componentes;
- Declarações de engenharia;
- ART do processo;
- Planilhas orçamentárias, cronogramas e demais componentes de orçamento;

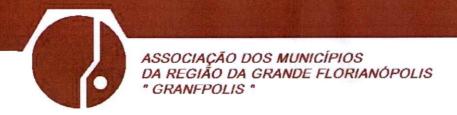
Respeitosamente,

Daniel Deverli de Jesus Ramos

Engenheiro Civil CREA-SC 175964-8

Assessoria de Infraestrutura

ENTREGA: 18/04/24 - Nome: Cris Granfpolis pl Piefeitura Assinatura:





PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA

RELATÓRIO TÉCNICO DO PROJETO BÁSICO MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO DO PROJETO:

DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM

ESTAQUEAMENTO:

0+10,89m = PP A 10+18,00m = PF - 207,11 METROS

NOVA TRENTO - SC ABRIL/2024



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS " GRANFPOLIS "

Fis po

S	U	M	ÁΙ	રા	0

1	MA	PA	DE LOCALIZAÇÃO	3
	1.1	N	Mapa Político Do Brasil	3
	1.2	N	Mapa Político De Santa Catarina	3
	1.3	P	Planta De Localização Da Obra	4
2	ME	MC	PRIAL DESCRITIVO	5
	2.1	A	Apresentação	5
	2.2	C	Objetivo	5
	2.3	C	Obrigações Da Fiscalização	5
	2.4	C	Obrigações Da Contratada	5
	2.5	E	xecução	6
3	NO	RM	IAS DE REFERÊNCIA	7
4	ES	TUI	DOS	7
	4.1	E	studo Topográfico	7
	4.2	E	Studo Geológico-Geotécnico	7
	4.2.	.1	REGIÃO 1	8
	4.2.	.2	REGIÃO 2	8
	4.2.	.3	REGIÃO 3	8
	4.3	Е	studo Ambiental	9
	4.4	E	studo Hidrológico	9
	4.5	S	Seção Transversal	10
	4.6	N	Novimentações de Terra	10
	4.6.	.1	Escavação, carga e transporte de material:	10
	4.6.	.2	Remoção de solos moles	11
	4.6.	.3	Reposição com material de jazida	11
	4.6.	.4	Bota Fora	11
5	DE	MO	LIÇÕES E DESAPROPRIAÇÕES	11
6	PR	OJE	ETO DE DRENAGEM	12
	6.1	D	Dimensionamento Hidráulico	12
	6.2	G	Salerias Circulares	12
	6.3	С	Confecção dos Dispositivos	12

SEDE PRÓPRIA: Rua Cândido Ramos, 250 - Capoeiras - Florianópolis/SC - 88090-800 - Fone: (48) 3224-3668 - e-mail: engenharia4@granfpolis.org.br

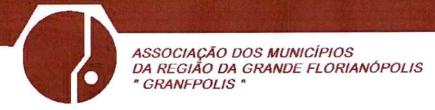




ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS " GRANFPOLIS "



	6.4	Caixa Coletora Tipo 1 e Tipo 2	12
	6.5	Galerias tubulares	12
7	ORÇ	AMENTO	13
8	PRA	ZOS E CRONOGRAMA	13
9	FINA	ALIZAÇÃO DO DOCUMENTO	13
10) D	ECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE QUANTITATIVOS E CUSTOS	14
11	Al	RT	15





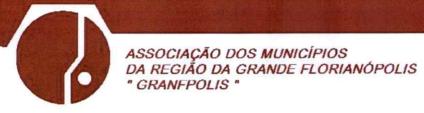
1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO

1.1 Mapa Político Do Brasil



1.2 Mapa Político De Santa Catarina







1.3 Planta De Localização Da Obra



REFERÊNCIA: 27° 17' 24.95" S 48° 56' 6.21" O





MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 Apresentação

O presente relatório destina-se a detalhar e justificar todos os parâmetros utilizados para a elaboração do Projeto Básico de DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM no município de NOVA TRENTO.

Todas as obras e serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos fornecidos com as prescrições contidas no presente memorial e com as normas técnicas da ABNT, ou suas sucessoras e Legislações Federal, Estadual, Municipal, vigentes e pertinentes.

2.2 Objetivo

Este projeto é composto por:

Projeto de Drenagem Pluvial

A fim de determinar e estabelecer diretrizes para a execução do objeto.

2.3 Obrigações Da Fiscalização

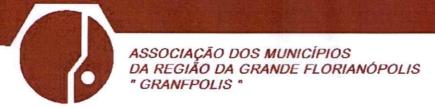
- Todos os serviços citados neste memorial e especificados em projeto deverão ficar perfeitamente executados pela EMPREITEIRA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- A fiscalização deverá ter conhecimento pleno do projeto e quaisquer divergências ou dúvidas entre projeto e execução deverá entrar em contato com o responsável técnico antes de geradas as alterações.
- A fiscalização não desobriga a EMPREITEIRA de sua total responsabilidade pelos atrasos, construção, mão-de-obra, equipamentos e materiais nos termos da legislação vigente e na forma deste documento.
- É dever da **FISCALIZAÇÃO** receber/acompanhar as medições e então validá-las para que o pagamento por cada serviço seja efetuado.
- Cabe à FISCALIZAÇÃO acompanhar o cronograma estabelecido e cobrar da CONTRATADA a execução dentro dos prazos estipulados.
- Registrar no Livro Diário da Obra, as irregularidades ou falhas que encontrar na execução das obras e serviços;

2.4 Obrigações Da Contratada

Será de responsabilidade da empresa **CONTRATADA** o fornecimento de placa de obra, Engenheiro responsável pela execução, alojamento dos funcionários, encargos dos funcionários, abastecimento de água e energia bem como o fornecimento de alimentação para estes.

 Ter pleno conhecimento dos serviços a serem executados em todos os seus detalhes, submetendo-se inteiramente às normas de execução, obrigando-se pelo perfeito funcionamento e acabamento final dos serviços, sendo imprescindível visitar o local onde será edificada a obra antes da assinatura do contrato.





- Coordenar os serviços para que seja concluído dentro do prazo estabelecido, conforme F cronograma físico-financeiro proposto pela contratante.
- Todos os serviços deste memorial deverão ficar perfeitamente executados pela EMPREITEIRA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO. As dúvidas ou omissões dos serviços e/ou materiais que por ventura venham ocorrer, são de responsabilidade da EMPREITEIRA, que deverá consultar a FISCALIZAÇÃO e executá-lo às suas expensas para perfeita conclusão dos serviços.
- Se a **EMPREITEIRA** encontrar dúvida nos serviços ou se lhe parecer conveniente introduzir modificações de qualquer natureza, deve apresentar o assunto à **FISCALIZAÇÃO** por escrito.
- Todos os preços especificados no orçamento compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, como material, mão de obra, despesas com administração, equipamentos de segurança, de sinalização, tributos e outros.
- Fornecer a seus empregados, contratados, e fazer com que estes utilizem, todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor.
- Fornecimento de ART de execução de todos os serviços;
- Preenchimento diário do Livro Diário de Obra, fornecendo cópias para a Secretaria Municipal responsável pela gestão do contrato.
- Retirar imediatamente da obra qualquer material que for rejeitado, desfazer ou corrigir as obras e serviços rejeitados pela FISCALIZAÇÃO, dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com as despesas de material e mão-de-obra envolvidas;

2.5 Execução

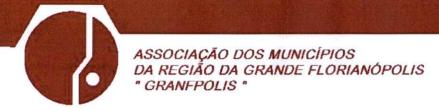
As obras deverão ser executadas por profissionais devidamente habilitados, abrangendo todos os serviços, desde as instalações iniciais até a limpeza e entrega da obra, com todas as instalações em perfeito e completo funcionamento.

Equipamentos de Proteção Individual

A empresa executora deverá providenciar equipamentos de proteção individual, EPI, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada etapa dos serviços, conforme normas na NR-06, NR-10 e NR-18 portaria 3214 do MT, bem como os demais dispositivos de segurança.

Do Livro de Ordem - Diário de Obra

Todas as ordens de serviço ou comunicações da Fiscalização à empresa executora da obra, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, e somente assim produzirão seus efeitos. Para tal, deverá ser usado o Livro Diário da Obra. O diário de obra deverá ser preenchido DIARIAMENTE e fará parte da documentação necessária junto à medição, para liberação da fatura. Este livro deverá ficar permanentemente na obra, juntamente com um jogo completo de cópias dos projetos, detalhes e especificações técnicas.





3 NORMAS DE REFERÊNCIA

- NBR 13133 (2021) Execução de Levantamento Topográfico Procedimento.
- NBR 15645 Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando aduelas de concreto.
- NBR 7211 (2009) Agregados para concreto Especificação.
- NBR 12142 (2010) Concreto Determinação da resistência à tração de corpos de prova prismáticos.
- NBR 9895 (2016) Solo Índice de Suporte Califórnia Método de Ensaio.

4 ESTUDOS

4.1 Estudo Topográfico

Com base na situação atual da via, o projeto do traçado procurou evitar a interferência com as edificações existentes ao longo do trecho, assim como no projeto do greide, procurou-se aproveitar o alinhamento do leito existente, evitando cortes e aterros desnecessários.

O estudo foi desenvolvido a partir da ABNT NBR 13133/2021, seguindo os elementos:

- Cadastro de propriedades e benfeitorias, cadastro de cursos d'água, valas, cercas, muros, postes, meio-fio, via existente, pontes e outras interferências;
- Levantamento de bueiros e dispositivos de drenagem existentes;
- Cadastro de intersecções e acessos;
- Determinação de cota máxima de enchente dos rios;
- Elementos de curvas:
- Eixo do projeto estaqueado;
- Determinação do eixo e greide de terraplenagem;
- Seções transversais e perfil longitudinal.

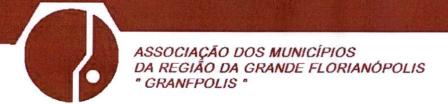
Os levantamentos planialtimétrico e cadastral foram realizados com Estação Total, tomando como referencial de amarração marcos implantados. Através de um sistema de codificação foram levantados todos os pontos de altimetria do terreno e cadastro, sendo confeccionado conjuntamente no campo, um croqui que serviu de orientação ao desenhista para interpretação e desenho desses elementos. Os dados coletados em campo foram digitalizados e processados com auxílio do software *topoGRAPH SE* e/ou *AutoCAD Civil 3D*, obtendo-se o produto final (levantamento topográfico planialtimetrico cadastral da via), servindo de base para o desenvolvimento do Projeto Geométrico.

4.2 Estudo Geológico-Geotécnico

Abrange informações geológicas, geotécnicas e ambientais de caráter geral e local, baseados nas instruções do DNIT.

Localização da intervenção: Local do mapa onde será a obra.





- Metodologia: Informações e dados geológicos, geotécnicos, geométricos, planialtimétricos el ambientais utilizados e obtidos sobre o local de intervenção, foram feitos através de bibliografia existente, mapas, informações locais e ensaios apropriados.
- Geologia Regional: Estudos geológicos apontam as características dos tipos litológicos que incluem o traçado e sua proximidade, as condições climáticas, a cobertura vegetal, as condições geotécnicas do trecho e os tipos de materiais que podem ser utilizados.

Características das cidades em relação aos aspectos geológico-geotécnicos:

4.2.1 REGIÃO 1

Florianópolis, São José, Palhoça, Governador Celso Ramos, Biguaçu, Antonio Carlos, Paulo Lopes e Garopaba

Relevo: faixa de altimetria de 0 a 400m;

Planície Costeira, Serra do Tabuleiro e Serra do Mar;

Domínio Geológico: Embasamento Cristalino (Período Pré-Cambriano – rochas arqueozoicas e proterozóicas), destacam-se gnaisses, xistos e granitos.

4.2.2 REGIÃO 2

Tijucas, Canelinha, Major Gercino, São João Batista, Nova Trento, Angelina, Rancho Queimado, Anitápolis, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, São Amaro da Imperatriz e São Bonifácio

Relevo: faixa de altimetria de 400 a 800m;

Serra Geral, Serras Cristalinas (Serra do Tabuleiro).

4.2.3 REGIÃO 3

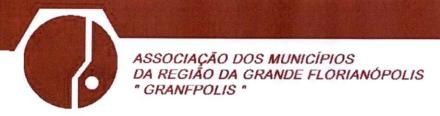
Alfredo Wagner e Leoberto Leal

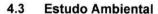
Relevo: faixa de altimetria de 800 a 1.200m;

Planalto de Lages, Planalto do alto vale do Itajaí.

- Vegetação: Santa Catarina, por sua situação geográfica, formas de relevo, tipos de rochas e solos, possui ampla variedade ambiental, apresentando varias regiões fitogeográficas. Na região da Grande Florianópolis, a cobertura vegetal resume-se a mata atlântica e vegetação litorânea.
- Clima e pluviometria: A região se enquadra no clima subtropical mesotérmico úmido cuja característica principal é apresentar a ausência da estação seca-Cfa, com verões frescos em áreas elevadas e verões quentes em áreas litorais. As temperaturas médias anuais são de 17°C nas serras e 20°C no litoral. A precipitação média anual é de aproximadamente 1.400mm na região. As estações chuvosas não são bem definidas, por isso, podem variar entre os meses de janeiro/fevereiro e setembro/outubro.
- Solos: A região de Santa Catarina está assentada sobre dois grupos de solos dominantes, os Podzólicos vermelho-amarelo álico e Podzólicos vermelho-amarelo latossólico álico.







Após o levantamento topográfico e o estabelecimento do corredor de trabalho, foram feitas observações em campo para detalhar os impactos ambientais, possibilitando assim medidas mitigadoras. A metodologia utilizada no desenvolvimento dos estudos considerou o levantamento topográfico, definindo-se a área de estudo e as restrições identificadas.

As características socioambientais da área afetada e as condições ambientais do trecho serviram de base para definir os objetivos gerais para o projeto, estabelecidos como:

- Evitar ao máximo a interferência em áreas de preservação permanente (APP) e vegetações protegidas por lei;
- Respeitar o traçado existente da rodovia ou evitar ao máximo o desvio de trajeto da via existente;
- Minimizar conflitos com a ocupação antrópica lindeira, priorizando a segurança da população local e dos usuários da via;
- A manutenção das características originais da paisagem do entorno e,
- A proteção de rede hidrográfica da área do projeto.

4.4 Estudo Hidrológico

No caso das Obras de Arte Correntes, as bacias foram identificadas em imagens de satélite, calculando-se as suas áreas, comprimentos dos talvegues principais e declividades. O tempo de concentração não é constante para uma dada área, mas varia com o estado de recobrimento vegetal e a altura e distribuição da chuva sobre a bacia. O cálculo do Tempo de Concentração para cada bacia foi feito mediante a aplicação do método cinemático de cálculo onde:

$$t_C = \sum_{i=1}^n \frac{L_i}{V_i}$$

Onde:

t_c - tempo de concentração da bacia, em segundos;

Li - comprimento do trecho, em m;

Vi- velocidade média no trecho, em m/s.

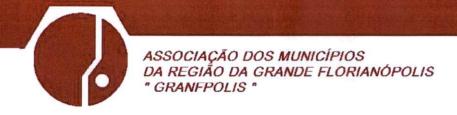
A Intensidade da Precipitação foi calculada com a equação da chuva proposta por Júlio Simões e Doalcey Ramos, para cada tempo de concentração e período de retorno especificados na planilha de dimensionamento anexa a este projeto básico.

$$i = \frac{1,9206 \, T^{0,0466}}{\left(t - 4\right)^{0,1043}}$$

Para as galerias pluviais e bocas de lobo, com bacias de pequenas dimensões, foi admitido um Tempo de Concentração inferior a 5 minutos e um Período de Recorrência de 5 anos.

O cálculo das vazões de projeto foi feito com base no método racional, uma vez que as bacias envolvidas são de pequenas dimensões, onde a vazão é dada pela equação:







Q = 0.28.C.i.A

 $Q - m^3/s$;

C é o coeficiente de deflúvio ou de Runoff:

I - mm/h:

 $A - Km^2$

4.5 Seção Transversal

A seção adotada terá 1 pista com 2 faixas de rolamento de 2,5 metros. Resumo da plataforma:

EXTENSÃO	LARGURA DA PISTA	LARGURA DO PASSEIO	DESCRIÇÃO/CLASSE	VELOCIDADE MÁXIMA	RAIO MÍNIMO
207,11 m	5m	0	Segmento URBANO	30 km/h	6,05 m

- Características Técnicas:

1) Região Predominante: montanhosa

2) Velocidade Diretriz: 30 km/h

3) Faixa de domínio: apenas plataforma

4) Rampa Máxima: 10,87%5) Declividade das faixas: -3%

6) Plataforma de Terraplenagem: extensão da via x largura total das pistas

4.6 Movimentações de Terra

4.6.1 Escavação, carga e transporte de material:

Estes serviços compreendem a escavação, a carga, transporte e espalhamento do material no destino final (aterro ou bota-fora). Os solos dos cortes serão classificados em conformidade com as seguintes determinações:

- Materiais de 1ª categoria: solos de natureza residual ou sedimentar, seixos rolados ou não e
 rochas em adiantado estado de decomposição, com fragmentos de diâmetro máximo inferior a
 0,15m, qualquer que seja o teor de umidade apresentado. Em geral, este tipo de material é
 escavado por escavadeira hidráulica. A escavação deste material não requer uso de explosivos.
- Materiais de 2ª categoria: solos de resistência ao desmonte mecânico inferior a da rocha não alterada. A extração pode exigir o uso de equipamentos de escarificação ou até o uso de



explosivos. Consistem em blocos de rochas de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras ls n de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

TABELA

CATEGORIA	MATERIAL	PROCESSO
1 ^a	Solo	Escavação simples
2ª	Solo resistente	Escarificação
3ª	Rocha	Desmonte com explosivos

4.6.2 Remoção de solos moles

Processo de retirada e disposição de camadas de solo de baixa resistência ao cisalhamento, podendo ser considerados "solos moles" os depósitos de solos orgânicos, turfas, areias muito fofas e solos hidromórficos.

Geralmente ocorrem em zonas alagadiças, mangues, antigos leitos de ribeirões e planícies de sedimentação. Possui baixa resistência e alto teor de umidade.

4.6.3 Reposição com material de jazida

Substituição de materiais inadequados (com baixa capacidade de suporte, resistência ao cisalhamento e alto teor de umidade), previamente removidos do subleito, dos cortes ou dos terrenos de fundação dos aterros. Os solos para reposição deverão apresentar os seguintes requisitos:

Isenção de matéria orgânica, micácea ou diatomácea;

Expansão máxima de 2%, determinada pelo ISC, utilizando-se energia normal.

4.6.4 Bota Fora

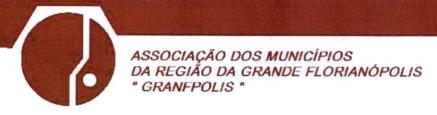
Todo o material proveniente de escavações será destinado ao Bota Fora Regulamentado da Prefeitura de NOVA TRENTO.

	DISTÂNC	IA MÉDIA DE TRANSPORTE - DMT
Bota-fora	5,0 KM	Terreno a ser definido pela prefeitura num raio de 5KM da obra.

5 DEMOLIÇÕES E DESAPROPRIAÇÕES

Todas demolições e desapropriações referentes à mudanças de alinhamentos de muros e cercas, demolições de calçadas existentes, deslocamento de postes e demolições de caixas ficarão a cargo da Prefeitura de NOVA TRENTO. A retirada de eventuais lajotas existentes, meios fio bem como seu transporte também são de responsabilidade da EXECUTORA.





Fls ng

6 PROJETO DE DRENAGEM

6.1 Dimensionamento Hidráulico

O projeto de drenagem tem como objetivo a definição e dimensionamento das estruturas de captação, controle e condução de águas pluviais. Este projeto é constituído por sistemas de drenagem superficial, drenagem de travessia urbana e drenagem profunda.

Afim de otimizar os cálculos foi utilizada planilha própria do projetista para cálculo de galerias circulares anexa ao presente memorial.

6.2 Galerias Circulares

A determinação do diâmetro das galerias foi feita com a fórmula de Manning, com o coeficiente de rugosidade n, estabelecido na planilha de dimensionamento anexa. Com esta metodologia, determinouse para cada bacia a declividade e diâmetro especificado no projeto executivo.

$$Q = \frac{0.3117}{n} D^{8/3} I^{1/2}$$

D = Diâmetro da galeria (m)

 $Q = Vazão (m^3/s)$

n = Coeficiente de rugosidade

I = Declividade da galeria (m/m)

6.3 Confecção dos Dispositivos

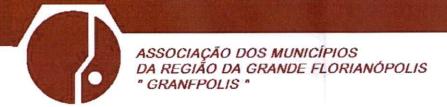
Com o objetivo de interceptar e captar, conduzindo ao deságue as aguas provenientes de áreas adjacentes e águas provenientes de precipitação sobre a plataforma da via são construídos dispositivos tais quais: caixas coletoras, poços de visita, caixas de ligação, galerias e saídas de bueiro.

6.4 Caixa Coletora Tipo 1 e Tipo 2

Serão executadas com blocos de concreto estrutural 19x19x39, rejuntados com argamassa 1:3:3 e preenchidos com graute. Internamente, receberão chapisco no traço 1:4 e reboco com argamassa de cimento e areia 1:3. A laje do fundo será em concreto simples fck 20MPa. Os elementos estruturais, como tampa, meio fio e vigas, serão em concreto fck 20MPa com aço CA-50 ou CA-60 conforme detalhes em prancha. Ambas possuem grelha de ferro fundido 30x100cm, com resistência mínima de 12,5ton.

6.5 Galerias tubulares

As valas deverão ser escavadas de montante para jusante e os materiais escavados e impróprios para reaterro serão depositados em locais indicados pela fiscalização. As paredes das valas com profundidade maior que 1,25m deverão receber escoramento descontínuo. Serão usados tubos de concreto Classe PS-1 para diâmetros até 0,40m, Classe PS-2 para diâmetros de até 0,60m, e Classe



PA-2 para diâmetros maiores. Serão assentados sobre lastro de brita com espessura de 5cm. O reaterio será feito preferencialmente com o próprio material escavado, em camadas de 20,00cm, compactado com placa vibratória. O assentamento das tubulações deverá ter acompanhamento permanente de sua locação e nivelamento.

7 ORÇAMENTO

O orçamento foi tomado a partir das quantificações de projeto e utilizando custos e composições do SINAPI e SICRO. A data base do banco de preços e composições é Fevereiro de 2024 para SINAPI e Outubro de 2023 para SICRO.

8 PRAZOS E CRONOGRAMA

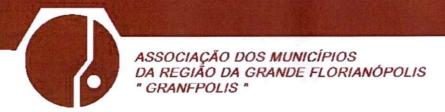
O cronograma foi elaborado de forma que os serviços sejam executados em 2 meses. O atraso no cronograma acarretará em multa à CONTRATADA. O prazo total para entrega da obra está definido no cronograma físico-financeiro, contados a partir da assinatura da ordem de serviço.

9 FINALIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Encerro o presente memorial contendo 13 laudas, todas rubricadas e esta assinada pelo engenheiro responsável, com anotação de responsabilidade técnica anexa. Todos os casos de dúvidas referentes ao projeto, orçamento e/ou execução deverão ser reportados à Secretaria Municipal responsável para a devida análise.

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS

ENGENHEIRO CIVIL CREA/SC 175.964-8



10 DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE QUANTITATIVOS E CUSTOS

cnico do Projeto e

A Prefeitura Municipal de NOVA TRENTO/SC vem através do seu responsável técnico do Projeto e Orçamento da RUA ELIAS SALVADOR CADORIM, o ENGENHEIRO CIVIL DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS CREA/SC 175.964-8, declarar para os devidos fins, que existe compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes nas planilhas com os quantitativos dos projetos de engenharia e os custos do SINAPI e SICRO conforme Anotação de Responsabilidade técnica anexa.

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS

ENGENHEIRO CIVIL CREA/SC 175.964-8



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS " GRANFPOLIS "



11 ART



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART CREA-SC

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977



ART OBRA OU SERVIÇO

25 2024 9239870-9

Substituição de ART 8536385-6 Individual

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina 1. Responsável Técnico

RNP: 2519677945 Registro: 175964-8-SC

Registro: C05572-5-SC

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS Título Profissional: Engenheiro Civil

Empresa Contratada: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA REGIAOE FPOLIS

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Endereço: Praça Del Comune Complemento:

Cidade: NOVA TRENTO Valor: R\$ 62.547,50

Contrato:

Celebrado em:

Vinculado à ART:

Bairro: CENTRO

Ação Institucional: Tipo de Contratante:

CPF/CNPJ: 82.925.025/0001-60

Nº: 126

CEP: 88270-000

3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Endereço: Rua Elias Salvador Cadorim

Complemento:

Cidade: NOVA TRENTO Data de Início: 10/04/2024

Previsão de Término: 12/04/2024

Bairro: CENTRO UF: SC

Coordenadas Geográficas:

CPF/CNPJ: 82.925.025/0001-60

Nº: 01

Código:

CEP: 88270-000

4. Atividade Técnica Orçamento Projeto Dimensionamento Drenagem Metro(s) Dimensão do Trabalho: 189,00 Orçamento Caixa coletora Unidade(s) 8,00 Dimensão do Trabalho:

Boca de lobo e/ou bueiro

Dimensão do Trabalho:

2,00

Unidade(s)

5. Observações	

6. Declarações

. Acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Informações

. A ART é válida somente após o pagamento da taxa Situação do pagamento da taxa da ART: ART ISENTA

ART ISENTA DE TAXA CONFORME RESOLUÇÃO DO CONFEA N 1.067/2015 OU POR DECISÃO JUDICIAL.

- . A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-sc.org.br/art.
- . A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual
- Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

falecom@crea-sc.org.br www.crea-sc.org.br Fone: (48) 3331-2000 Fax: (48) 3331-2107



9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

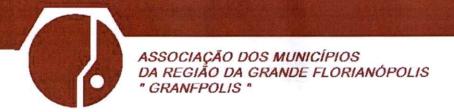
FLORIANOPOLIS - SC, 12 de Abril de 2024

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS

814.522.840-91

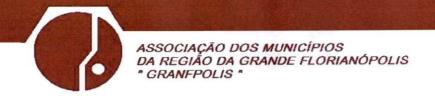
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

82.925.025/0001-60





Anexos





ASSESORIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA

MUNICÍPIO: NOVA TRENTO -SC

OBRA: DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

2,00%	Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):
50,00%	Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

Administ	ação Central	AC	4,67%
Seguro	e Garantia	SG	0,74%
	Risco	R	0,97%
Despesa	s Financeiras	DF	1,21%
	ucro	L	8,69%
Tributos (impostos (OFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos r	nunicipais ISS	ISS	1,00%
BDI sem desoneração	Segundo Acórdão do TCU)	BDI PAD	22,73%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)^*(1+DF)^*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme a legislação tributária municipal (LC 33/2003 ALT PELO DECRETO 10/2014), a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 50%, com a respectiva alíquota de 2%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM DESONERAÇÃO, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

DANIEL DEVERLI DE JESÚS RAMOS ENGENHEIRO CIVIL

CREA/SC 175.964-8

Obra DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM - NOVA TRENTO/SC

Bancos B.D.I.
SINAPI - 02/2024 - Santa 22,73%
Catarina
SICRO3 - 10/2023 - Santa
Catarina

Encargos Sociais Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

	Peso (%)	1,64 %	1,64 %	98,36 %	2,83 %	% 29'0	2,08 %	23,11 %	2,88 %	1,66 %	1,27 %	12,92 %
	Total	1.026,56	1.026,56	61.520,94	1.772,70	419,75	1.303,47	14.457,08	1.799,50	1.040,20	09'962	8.080,38
	Valor Unit com BDI		1.026,56		9,46	2,24	329,16	86.98	2.24	52,01	39,83	82'99
	Valor Unit		836,44		12.7	1,83	268,20	73,32	1,83	42,38	32,46	54,42
	Quant.		-		187,39	187,39	3,96	160,67	803,35	20	20	121
	Ond		QND		°E	МЗХКМ	°E	Ê	M3XKM	Σ	×	Σ
Orçamento Sintético	Descrição	SERVIÇOS INICIAIS	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO, 1,20m x 2,40m (REF. 74209)	DRENAGEM PLUVIAL	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARGURA DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	BOTA FORA - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF, 07/2020	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO ARGILO- ARENOSO. AF_08/2023	ATERRO - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 Mº, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF 12/2015	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI
	Banco		Próprio		90106 SINAPI	95877 SINAPI	SINAPI	94316 SINAPI	95877 SINAPI	92808 SINAPI	SINAPI	SINAPI
	Código Banco		GRANF- Próprio SIN-011		90106	95877	101623 SINAPI	94316	95877	92808	00037450 SINAPI	92809 SINAPI
	Item		1.1	2	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8



Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br

00037451 SINAPI	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	121	45,32	55,62	6.730,02	10,76 %
92810 SINAPI	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M 40	66,25	81,30	3.252,00	5,20 %
00037452 SINAPI	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 500 MM	M 40	65,87	80,84	3.233,60	5,17 %
92811 SINAPI	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	Φ	79,02	86'96	775,84	1,24 %
00037453 SINAPI	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 600 MM	8	75,86	93,10	744,80	1,19%
0804081 SICRO3	Boca de BSTC D = 0,60 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	2	722,86	887.16	1.774,32	2,8
101801 SINAPI	CAIXA DE CAPTAÇÃO TIPO 2 COM GRELHA RETANGULAR DE FERRO FUNDIDO, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,30 x 1,00 x 1,00. AF 12/2020	N 4	1.166,97	1.432,22	5.728,88	9,1
GRANF-CC. Próprio 006	CAIXA DE CAPTAÇÃO TIPO 1 EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL E GRELHA DE FERRO FUNDIDO 30X100CM	4 4	1.957,92	2.402,95	9.611,80	15,37 %

Total sem BDI Total do BDI Total Geral

50.971,11 11.576,39 62.547,50

> DANIEL DEVERLI DE JESUS (RAMOS ENGENHEIRO CIVIL - CREA/SC 175964-8 CREA/SC 175964-8

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 2024.

Fls no

Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br



DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM - NOVA TRENTO/SC Obra

Bancos B.D.I. SINAPI - 02/2024 - Santa 22,73%

SICRO3 - 10/2023 - Santa Catarina Catarina

nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases. Não Desonerado: embutido

Encargos Sociais

Cronograma Físico e Financeiro

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS
	SERVIÇOS INICIAIS	1.026,56	100,00%	
8	DRENAGEM PLUVIAL	100,00%	50,00%	50,00%
Porcentagem Custo Porcentagem Acumulado Custo Acumulado	ulado		50,82% 31.787,03 50,82% 31.787,03	49,18% 30.760,47 100,0% 62.547,50

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS ENGENHEIRO CIVIL - CREA/SC 175964-8 CREA/SC 175964-8

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 2024.

Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br





Composições Analíticas com Preço Unitário DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM - NOVA TRENTO/SC

B.D.I. SINAPI - 02/2024 - Santa Catarina 22,73% SICRO3 - 10/2023 - Santa Catarina

Encargos Sociais Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Composições Analíticas com Preço Unitário

1.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Ond	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	GRANF-SIN- Próprio 011	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO, 1,20m x 2,40m (REF. 74209)	URBA - URBANIZAÇÃO	QND	1,0000000	836,44	836,44
Composição	88262 SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	Ι	1,0000000	30,50	30,50
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	Ξ	2,0000000	22,66	45,32
Composição Auxiliar	94962 SINAPI	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	°E	0,010000	441,48	4,41
Insumo	00004491 SINAPI	PONTALETE +7,5 X 7,5 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	Σ	4,00000000	8,58	34,32
Insumo	00004813 SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	Material	m ₂	2,8800000	250,00	720,00
Insumo	00005075 SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	Material	KG	0,1100000	17,19	1,89
			MO 201 10 - 2	10	000	2 0 mos OM 00 0	64 70

2.16	Código Banco	Descrição	Tipo	Ond	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	GRANF-CC- Próprio 006	CAIXA DE CAPTAÇÃO TIPO 1 EM BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL E GRELHA DE FERRO FUNDIDO 30X100CM	ESTRUTURAL E DROP - DRENAGEM/OBRAS DE CONTENÇÃO / POCOS DE VISITA	QND	1,0000000	1.957,92	1.957,92
Composição Auxiliar	94112 SINAPI	LASTRO DE VALA COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	E E	0,080000	270,58	21,64
Composição Auxiliar	87451 SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 19X19X39CM (ESPESSURA 19CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M" SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA, AF 06/2014	PARE - PAREDES/PAINEIS	m ₂	4,1400000	129,98	538,11
Composição Auxiliar	94970 SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	e E	0,4590000	513,04	235,48
Composição Auxiliar	88628 SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	E E	0,0770000	628,24	48,37 Pref.
		Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br	- Florianpolis / SC is.org.br				52 Fls n

1.026,56

Valor com BDI =>

190,12

Valor do BDI =>

Composição Auxiliar	90282 SINAPI	GRAUTE FGK=15 MPA; TRAÇO 1:2.2:2,5:0,3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ FUES - FUNDAÇÕES E AREIA GROSSA/ BRITA 0/ ADITIVO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF. 09/2021	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	°E	0,2070000	550,50	113,95
Composição Auxiliar	92919 SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO FUES - FUNDAÇÕES E VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 ESTRUTURAS MM - MONTAGEM. AF 06/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	<u>8</u>	10,8900000	12,20	132,85
Composição Auxiliar	92916 SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO FUES - FUNDAÇÕES E VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM ESTRUTURAS - MONTAGEM. AF 06/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	9 9	8,8000000	15,68	137,98
Composição Auxiliar	92915 SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO FUES - FUNDAÇÕES E VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM ESTRUTURAS - MONTAGEM. AF 06/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	9 9	4,8700000	17,50	85,22
Composição Auxiliar	88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	I	1,0000000	30,87	30,87
Composição Auxiliar	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	I	2,0000000	22,66	45,32
Insumo	00011245 SINAPI	GRELHA FOFO SIMPLES COM REQUADRO, CARGA MAXIMA 12,5 T, *300 X 1000* MM, E= *15* MM, AREA ESTACIONAMENTO CARRO PASSEIO	Material	<u>S</u>	1,0000000	394,53	394,53
Insumo	00006212 SINAPI	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	Σ	12,2000000	14,23	173,60
	The second secon				ľ		

Composições Auxiliares

Total sem BDI Total do BDI Total Geral

50.971,11 11.576,39 62.547,50

2.402,95

Valor com BDI =>

445,03

Valor do BDI =>

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS ENGENHEIRO CIVIL - CREA/SC 175964-8 CREA/SC 175964-8

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 2024.

Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br





Obra DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIM - NOVA TRENTO/SC

Associação dos Municípios da Grande Florianópolis CNPJ: 75.846.873/0001-19

) 	Memória de	Cálculo		Momório do Cálculo
ш	Descrição	B 0	Quant.	Quant. Memoria de Calculo
	SERVIÇOS INICIAIS			
	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO. 1,20m x 2,40m (REF. 74209)	QND	1,0	1,0 = 1 UNIDADE
2	DRENAGEM PLUVIAL			
2.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO). RETROESCAV. (0,28 M3), LARGURA DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	Ē	187,39	187,39 = MÉDIA DE ESCAVAÇÃO A MONTANTE E A JUSANTE * DIAM. DE TUBO + 0,5M * COMPRIMENTO (VIDE PLANILHA DE DIMENSIONAMENTO DE DRENAGEM)
2.2	BOTA FORA - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3X KM	187,39	187,39 = VOLUME ESCAVADO - VOLUME DE REATERRO * 5KM DMT
2.3	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	°E	3,96	3,96 = DIAM. TUBO * 0,05M * COMPRIMENTO(VIDE PLANILHA DE DIMENSIONAMENTO DE DRENAGEM)
2.4	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	rE E	160,67	160,67 = VOLUME DE REATERRO
2.5	ATERRO - TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3X	803,35	803,35 = VOLUME DE REATERRO * 5KM DMT
2.6	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF 12/2015	Σ	20,0	20,0 = VIDE TABELA DE QUANTIDADES
2.7	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	Σ	20,0	20,0 = VIDE TABELA DE QUANTIDADES
2.8	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO), AF 12/2015	Σ	121,0	121,0 = VIDE TABELA DE QUANTIDADES
2.9	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIAMETRO NOMINAL DE 400 MM	Σ	121,0	121,0 = VIDE TABELA DE QUANTIDADES
2.10	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	Σ	40,0	40,0 = VIDE TABELA DE QUANTIDADES

Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br



Total sem BDI Total do BDI Total Geral

50.971,11 11.576,39 62.547,50

> DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS ENGENHEIRO CIVIL - CREA/SC 175964-8 CREA/SC 175964-8

FLORIANÓPOLIS, 12 DE ABRIL DE 2024.

Rua Cândido Ramos - Capoeiras - Florianpolis / SC / engenharia4@granfpolis.org.br



		Ē	NOIN	NUMERAÇÃO DOS TRECHOS	AENSIONAMIEN I O DO PROJETO DE DRENAGEIM NUMERAÇÃO DOS TRECHOS	VAGEIN				
		Cota	Cotas (m)		, , , , , , ,	Declividade do				
RUA ELIAS SALVADOR CADORIM	Trecho	Montante	Jusante	Desnível (m)	(m)	trecho tubulado (m/m)	Área (m²)	Área (km²)	Coef. C	Área de Contri Sarjetas
9 A 6+10	1.1	43,90	40,03	3,87	90,00	0,077	7600	800'0	6,0	190
6+10 A 4+10	1.2	40,03	38,77	1,26	41,00	0,031	10000	0,010	6,0	250
4+10 A 3	1.3	38,77	38,19	0,58	30,00	0,019	8200	800'0	0,3	205
3 A CAIXA PROJETADA RUA ALFERES	1.4	38,19	37,42	0,77	40,00	0,019	13400	0,013	6,0	350
10+15 (travessia)	2.1	44,35	44,05	6,0	8,00	0,038	70000	0,070	6,0	0

CAPACIDADE DAS SARJETAS

RECHO	NOME DA RUA	CLASSIFICAÇÃO	u	z	Tirante (m)	Coef. k	Declividade do trecho (m/m)	Declividade do trecho (%)	Qrua teórico (m³/s)	Coef. Redução F	Qrua projeto (m³/s)
1.1	RUA ELIAS SALVADOR CADORIM	Rua local	0,013	10	90'0	0,159	770,0	7,740	0,044	0,500	0,022
1.2	RUA ELIAS SALVADOR CADORIM	Rua local	0,013	10	90'0	0,159	0,031	3,073	0,028	009'0	0,017
1.3	RUA ELIAS SALVADOR CADORIM	Rua local	0,013	10	90'0	0,159	0,019	1,933	0,022	0,700	0,015
1.4	RUA ELIAS SALVADOR CADORIM	Rua local	0,013	10	90'0	0,159	0,019	1,925	0,022	0,700	0,015
2.1	RUA ELIAS SALVADOR CADORIM	Rua local	0,013	10	90'0	0,159	0,038	3,750	0,031	0,500	0,015
							Fator de Redução (F)	edução (F)			
							Declividade	ш			
							0 a1	8′0			
							1a3	7'0			
							3 a 5	9′0			
							5 a 10	5'0			

0,4

> 10



VERIFICAÇÃO DO ESCOAMENTO DA RUA

Trecho	U	T (anos)	t (min)	i (mm/min)	i (mm/h)	A (m²)	A (km²)	Escoamento superficial (m²/s)	Capacidade de escoamento da rua (m³/s)	Comparação
1.1	6'0	10	5	2,14	128,29 190,000	190,000	0,00019	900'0	0,0221	Sarjeta suficiente
1.2	6'0	10	5	2,14	128,29	128,29 250,000	0,00025	0,008	0,0167	Sarjeta suficiente
1.3	6'0	10	2	2,14	128,29 205,000	205,000	0,000205	200'0	0,0155	Sarjeta suficiente
1.4	6'0	10	5	2,14	128,29	128,29 350,000	0,00035	0,011	0,0155	Sarjeta suficiente
2.1	6'0	10	5	2,14	128,29 0,000	0,000	0	000'0	0,0154	Sarjeta suficiente



DIMENSIONAMENTO DE GALERIAS CIRCULARES - ENG. DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS

REATER	RO DE VALA	45,020	31,105	22,827	43,150	4,779	13,787	160,67
ASTRO	DE BRITA (m³)	1,000	0,820	0,600	1,000	0,240	0,300	3,96
	de gão (m²)	51,300	36,254	26,595	51,000	7,040	15,200	187,39
Old.	Minima De Bocas de Lobo	-	-	-	+	0	300mm	SOMA
apaci	dade N BL E (m²/s) de	90'0	90'0	90'0	90'0	90'0	fravess/ 3	
0	× sarjeta (m)	90'0	90'0	90.0	90'0	90'0	tra	
azãode		0,0061	0,0080	0,0066	0,0112	0,0000,0		
>	Jusan Tr te (m) (r	39,05 0,	38,13 0,	40	36,39 0,	43,61 0,		
Nivel da lamina	Aontant Ju	42,80 36	15	8,15 37	37,31 36	43,91 43		
	Jusan Mo te (m) e	.08	0,87 39,	,07 38,	35	0,80		
Escavação	fortant Ji	1,20	1,10	0,90	1,20	0,80		
	(m)	38,95	37,91	37,12 (36,07	43,25 (
Geratriz inferior	Montant Ju	42,70	38,93	37,87	36,99	43,55 4		
	(m) e	0,68	0,47 38	79'0	0,85 36	0,20 43		
Recobrimento	fontant Jus	0,80	0 02'0	0 09'0	0 02'0	0,20 0		
	Jusant Mo e (m) e	39,35	38,31 0	37,52 0	38,57 0	43.85 0		
Geratriz superior	fontant Ju e (m) e	43,10 36	39,33	38,27 3	37,49 36	44,15 40		
	2	0,10 43	0,22 39	0,28 38	0,32 37	0,36 44		
	y (m)	o, o	Ok 0	Ok 0,	Ok 0,	Ok 0,		
	V (m/s)	3,020	2,529	2,733	2,964	4,188 C		
	dy (m/s)	4,215 3	2,433 2	2,433 2	2,708 2	3,905		
	dviv	0,717 4	1,039 2	1,123 2	1,094 2	1,072 3		
	biy	ě	ò	O,	ð	ŏ		
		0,26	0,55	0,71	0,64	09'0		
	Qrop (m*/s)	0,15	09'0	0,86	0,74	0,68		
	a Qp (m*/s)	0,53	0,31	0,31	0,53	1,10	100	
٥	do do (mm)	0 400	5 400	4 400	2 500	2 600	300	
٥	calcula do do (mm)	198,10	330,35	378,44	447,72	518,72		
	Q (m³/s	0,08	0,18	0,26	0,40	0.75		
	an Trecho e (mm/h) Q (m³/s) dc in) (min) (mr	128,29	125,07	122,59	121,17	128,29		
o de am.	Trecho (min)	0,28	0,27	0,18	0,22	60,03		
Tempo de Escoam.	Montan te (min)	5,00	5,28	5,55	5,73	6,00		
butária	Σ A (km²)	0,00760	0,01760	0,02580	0,03920	0,07000		
Área tributária	Trecho (km²)	0,00760	0,01000	0,00820	0,01340	0,07000		
	Coefficie nte C	0,30	0.30	06,0	0,30	06,0		
Declivida	de adotada (m/m)	0,07500	0,02500	0,02500	0,02300	0,03750		
Declivida D	de do trecho a (m/m)	0,077	0,031	0,019 0	0,019 0	0,003		
ă		3,87	1,26	0,58	0,77	0,02		
	Comprim Desni ento (m) vel (m)	20,00	41.00	30.00	40.00	8,00	2	
	Comprim Jusant ento (m) e (m)	40,030 5	38,770 4	190	37,420 4	44,050		
Cota	Montant Ju	43,900 40	40,030 38	38,770 38,	38,190 37			
	Trec ho Mor	1.1 43	1.2 40	1.3	1.4 38,	2.1 44,350		





PROJETO DE DRENAGEM

MUNICIPIO

NOVA TRENTO - SC

OBRA

CONTEUD

RUA ELIAS SALVADOR CADORIM

PROJETO DE DRENAGEM

PLANTA BAIXA E PERFIL

PROJETO

APROVAÇÃO DA PREFEITURA

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS Engenheiro Civil

CREA/SC 175964-8

DATA

PRANCHA

REVISÃO VERSÃO INICIAL

ABRIL/2024

01/02



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

"GRANFPOLIS"

ASSESSORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



PROJETO DE DRENAGEM

MUNICIPIO

NOVA TRENTO - SC

DBRA

RUA ELIAS SALVADOR CADORIM

PROJETO DE DRENAGEM

PLANTA BAIXA E PERFIL

PROJETO

APROVAÇÃO DA PREFEITURA

Target Service

DANIEL DEVERLI DE JESUS RAMOS
Engenheiro Civil

CREA/SC 175964-8

DATA

PRANCHA

VERSÃO INICIAL

ABRIL/2024

02/02

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

" G R A N F P O L I S "

ASSESSORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA



PREFEITURA DE NOVA TRENTO

CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça Del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000



PARECER TÉCNICO SETOR DE COMPRAS - Nº 012/2024

Referência - Análise referente documentação apresentada para Contratação de Serviços classificado como obra comum de engenharia, com fornecimento de materiais, referente à obras de execução de drenagem na Rua Elias Salvador Cadorin, no Município de Nova Trento/SC.

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos **Setor Requisitante:** Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Responsável pela Demanda: Ricardo Bittencourt

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC.

Senhor Diretor de Compras e Licitações,

- 1. Trata-se da análise dos documentos apresentados à Secretaria de Administração e Planejamento, através da Assessoria de Compras, Licitações e Contratos, conforme Lei 704/2023 (Organograma da Secretaria de Administração e Planejamento), objetivando a contratação dos serviços em epígrafe, os quais estão relacionados no Decreto Municipal 025/2024 que regulamenta no âmbito Municipal as diretrizes para a aplicação da Lei 14.133/2021, especificamente em seu Capítulo XXX, em seus artigos 64 e 65, inciso I, os quais detalhamos abaixo:
- 1.1. A Secretaria solicitante apresentou o DFD Documento de Formalização de Demanda que após análise deste setor de Compras, atendeu aos requisitos a que se propôs, apresentando o detalhamento da necessidade da Área Requisitante da solução a ser atendida pela contratação;
- 1.2. A Secretaria solicitante apresentou o ETP Estudo Técnico Preliminar o qual demonstrou a necessidade e a viabilidade da contratação pretendida, caracterizando o interesse público envolvido;
- 1.3. A Secretaria solicitante apresentou o TR Termo de Referência o qual apresentou os requisitos necessários contendo as informações pertinentes para a futura elaboração do edital de contratação;
- 1.4. A Secretaria solicitante apresentou o MAPA DE RISCOS o qual apresentou a análise dos



PREFEITURA DE NOVA TRENTO

CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça Del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-009

NOVA
Trento
Trento
Torre de Santa Paulina

riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

- 1.5. A Secretaria solicitante apresentou a MATRIZ DE RISCOS a qual apresentou a análise dos riscos contratuais, classificou estes de acordo com os impactos e as probabilidades de ocorrência objetivando prever medidas de mitigação.
- 2. Assim sendo, remetemos a documentação apresentada a nosso setor, para que se dê o prosseguimento fundamental aos trâmites licitatórios.

Nova Trento, 24 de abril de 2024.

Documento assinado digitalmente

MORGANA ZUNINO DE SOUZA

Data: 25/04/2024 12:24:23-0300

Verifique em https://validar.tit.gov.br

MORGANA ZUNINO DE SOUZA

Matrícula n. 9444





PARECER JURÍDICO N. 050/2024/PGM/PMNT ANÁLISE JURÍDICA PARA PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA – MENOR PREÇO

- 1. Aportou a esta Procuradoria para análise jurídica edital de contratação de empresa especializada na prestação de serviços para execução de drenagem da Rua Elias Salvador Cadorin no Município de Nova Trento/SC, em conformidade com a Lei n. 14.133/21, e Lei 123/2006 e demais alterações, incluindo mão de obra, material e equipamentos necessários, conforme termo de referência, projeto básico, planilhas e demais anexos.
 - 2. É a síntese.
- 3. O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- 4. Conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 37, inciso XXI, salvo os casos especificados em lei, "as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes", objetivando o melhor preço e consequentemente a proposta mais vantajosa para a administração pública.
- 5. Como sabido, a obrigação de prévia licitação possui dois aspectos basilares, o primeiro é assegurar isonomia de oportunidades entre os interessados na contratação, dando-se efetividade aos princípios da impessoalidade e da moralidade; segundo revela-se no propósito do Poder Público de alcançar a proposta que seja mais vantajosa.
- 6. Antes da análise do mérito, registra-se que foram apresentados neste setor os seguintes documentos: - Termo de Formalização de Demanda; Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; Edital e Anexos.





7. Pois bem, como observado, a contratação que se pretende realizar, não se enquadra em nenhuma hipótese excepcional, de forma que se deve aplicar a regra de licitar. Assim, referente às modalidades, dispõe a Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico:
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Art. 28. São modalidades de licitação:

II -concorrência; [...]

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (Grifou-se).

8. Sobre o objeto do edital, assim dispõe a Lei n. 14.133/2021:

Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

- 9. Deste modo, da análise deste dispositivo é possível constatar que para a contratação do que se pretende, a concorrência é a modalidade de licitação adequada, que poderá ter como critério de julgamento menor preço ou oferta e/ou de caráter mais vantajoso no que se refere aos aspectos de preço e qualidade.
- 10. Ainda, com respaldo na própria Lei de Licitações, artigo 17, aplica-se o procedimento comum para pregão:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;





V - de habilitação; VI - recursal;

VII - de homologação.

- § 1º A fase referida no inciso V do **caput** deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do **caput** deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.
- § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- 11. O edital em análise determina a sequência do procedimento conforme disposto no referido artigo 17, sem a inversão de fases, ou seja, seguirá a regra. Da mesma forma, seguindo a preferência do novo regramento, o pregão será operado eletronicamente.
- 12. No que tange ao prazo de publicação do edital, designa o Novo Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos que:
 - Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: [...]
 - II no caso de serviços e obras:
 - a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
- Assim, o certame licitatório deverá observar o prazo mínimo de 10
 (dez) dias úteis entre a publicação e o recebimento das propostas.
- 14. No mais, quanto aos valores estimados, assim justificaram junto ao Estudo Técnico Preliminar: "Tratando-se de obra de engenharia, o valor referencial da obra foi obtido por meio de planilha SINAPI, SICRO, DEINFRA-SC e composições, conforme exposto no Item V deste ETP, evidenciado na planilha orçamentária. Logo, obteve-se o valor da contratação estimado em R\$ 62.547,50 (sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme detalhado na Planilha Orçamentária anexa ao projeto de engenharia."
- 15. Desta forma, resta justificado e presente o montante mínimo aceito para o referido certame, atendendo as disposições do artigo 18 da Lei 14.133/2021.
- 16. Na sequência, balizou-se a análise em relação a qualificação técnica e econômico-financeira, na qual, devem estar em atenção os artigos 67 e 69 da Lei 14.133/21.
- 17. Neste aspecto, quanto a qualificação técnica, é discricionário da Administração Pública dispensar ou exigir a documentação referente ao artigo 67, com as devidas ressalvas legais.





18. Ademais, ao que se refere a qualificação econômico-financeira, a Lei de Licitações em seu artigo 70, III, assim previu:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

[...]

- III dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
- 19. Assim sendo, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que fogem da análise desta Procuradoria, diante da documentação acostada, visualiza-se que encontram-se cumpridos os requisitos legais exigidos ao presente edital.
- 20. De outro norte, e em tempo, considera-se que o Termo de Referência, bem como Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar, observaram a legislação aplicável, a fim de que possibilitem instruam o presente processo licitatório e possibilitem a realização deste, não havendo ressalvas a serem feitas.
- 21. Posto isto, a presente manifestação não se vinculou aos aspectos técnicos envolvidos no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados foram avaliados, verificando se seus conteúdos são verossímeis, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.
 - 22. É o parecer.

Nova Trento/SC, 02 de maio de 2024.



ÂNGELA ROVER CASSANIGAProcuradora Geral do Município
OAB/SC 56,863





PARECER DO CONTROLE INTERNO N.º 011/2024

OBJETO: PL 016/2024 - CC 007/2024.

SOLICITANTE: Diretor de Compras e Licitações.

1. INTRODUCÃO

A Nova Lei de Licitações trouxe três linhas de defesas no trâmite das contratações públicas, destinando ao Controle Interno e ao Tribunal de Contas, a segunda e a terceira linha de defesa:

Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

- I primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade:
- II segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;
- III terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

[...]

§ 1º Na forma de regulamento, a implementação das práticas a que se refere o caput deste artigo será de responsabilidade da alta administração do órgão ou entidade e levará em consideração os custos e os benefícios decorrentes de sua implementação, optando-se pelas medidas que promovam relações íntegras e confiáveis, com segurança jurídica para todos os envolvidos, e que produzam o resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas.

A fim de regulamentar a Nova Lei de Licitações no âmbito administrativo, foi publicado o Decreto n.º 025 em 06 de fevereiro de 2024, o qual estabeleceu o "Trâmite Interno da Requisição de Compras" em seu art. 65, IV, apontando que compete à Controladoria Interna:

IV – a Controladoria-Geral do Município, através de seus integrantes, com atribuições previstas no cargo, fará a conferência, e constatada a regularidade do ato, efetuará a assinatura dos servidores responsáveis e enviará para a Autoridade Competente (Prefeito).

Ato contínuo, o Decreto Municipal n.º 025/2024 ainda menciona:

Art. 56. As contratações públicas sujeitam-se às seguintes linhas de defesa:

 I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança da administração municipal;
 II - segunda linha de defesa, integrada pela unidade de assessoramento jurídico;

III - terceira linha de defesa, servidores da Controladoria-Geral do Município.





- 3º Compete aos agentes públicos integrantes da terceira linha de defesa:
- I aperfeiçoar os sistemas de controle interno no âmbito de sua competência;
- II propor melhorias, se for o caso, nos processos de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira e segunda linhas de defesa;
- III avaliar a conformidade das condutas e procedimentos adotados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa com as disposições da Constituição Federal, com a legislação específica e com normas infralegais.
- § 4º A avaliação de que trata o inciso III do § 3º deste artigo, poderá ser realizada de ofício ou por solicitação expressa da autoridade responsável pela respectiva contratação, mediante relatório circunstanciado.
- § 5º O relatório de avaliação de que trata o § 4º deste artigo será aprovado pela autoridade competente e comunicado aos agentes públicos a ela relacionados, que adotarão as condutas nele sugeridas, se for o caso.
- § 6º Caso o processo de avaliação indique o cometimento de infração, será instaurado o processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade, na forma da lei.

Nesse sentido, segue o presente Parecer do Controle Interno sobre o PL 016/2024 - CC 007/2024 em caráter opinativo, a ser encaminhado à Autoridade Competente.

2. DO PARECER

Primeiramente, destaca-se que as práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo não devem se restringir à existência de uma unidade de controle interno, mas devem ser implementadas em todo o macroprocesso de contratação, conforme orientação exarada na 5ª Edição do "Manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência" do Tribunal de Contas da União (Enunciado - CJF - 54/2023).

Ressalta-se, igualmente, que este Parecer é elaborado como terceira linha de defesa, tendo em vista que o Decreto Municipal de n.º 25/2024 destinou ao Órgão de Controle Interno a competência de (i) aperfeiçoar os sistemas de controle interno no âmbito de sua competência; (ii) propor melhorias, se for o caso, nos processos de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira e segunda linhas de defesa; (iii) avaliar a conformidade das condutas e procedimentos adotados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa com as disposições da Constituição Federal, com a legislação específica e com normas infralegais.

As etapas a serem seguidas pela Administração no trâmite interno das licitações estão apontadas no art. 65, inciso I ao VI do Decreto Municipal n.º 025/2024, estando devidamente preenchido o requisito elencado no inciso I, visto que presente Parecer Técnico do Setor de





Compras de n.º 012/2024, ratificado pela Representante da Secretaria de Administração e Planejamento.

Quanto à documentação: "Requisição de Compras", "Estudo Técnico Preliminar", "Termo de Referência", "Minuta de Edital", cabe ao Órgão de Assessoria Jurídica receber, analisar e constatar se foram comprovados os requisitos exigidos ao caso, devendo elaborar parecer favorável se entender pela regularidade do ato, consoante art. 65, III do Decreto Municipal n.º 025/2024.

Considerando que ao Controle Interno cabe à conferência do ato, tendo sido elaborado Parecer Jurídico de n.º 050/2024 pelo órgão competente, no qual consta o cumprimento de todos os requisitos legais, passa-se à análise.

O objeto da contratação pública através de licitação é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21, e LEI 123/2006 E DEMAIS ALTERAÇÕES, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS".

A documentação exigida ao caso concreto foi elaborada pelos responsáveis, constando a indicação de fiscal de contrato, o engenheiro civil, Sr. Tiago Guizoni Neto, nomeado em cargo de provimento efetivo através da Portaria n.º 160/2024, com atribuições para acompanhar a execução da obra. Como Gestor do Contrato, há indicação do Sr. Ricardo Bittencourt, Secretário de Transportes e Obras da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Segue a dotação orçamentária apontada na fase interna: 4.4.90.1.500.7000.000, prevista na Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme parecer contábil.





Referente ao Mapa de Riscos e Matriz de Riscos, estes constam na fase interna do trâmite licitatório e encontram-se devidamente ratificados pelo Engenheiro Civil e pelo Secretário de Transportes e Obras, existindo cláusula expressa na minuta do contrato.

Como já mencionado, cabe a terceira linha de defesa propor, se for o caso, melhorias aos processos de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira e segunda linha de defesa. Nesse ponto, o Sistema de Controle Interno de Nova Trento possui Órgão de Apoio Técnico Administrativo, previsto no art. 2º da Lei 1.931/2003 e Decreto Municipal 107/2011, o qual possui as seguintes responsabilidades:

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo, no que tange ao controle interno, têm as seguintes responsabilidades:

- I Exercer o controle, observando a legislação pertinente, na execução de suas funções;
- II Propor o aprimoramento das normas e rotinas baixadas pelo Executivo Municipal;
- III Elaborar relatórios periódicos, encaminhando-os ao Órgão de Controle Interno para posterior consolidação e providências necessárias.

Quanto às licitações, resta fixado no Decreto Municipal de n.º 052/2024, atribuição para dar suporte ao funcionamento no âmbito do controle interno do Órgão de Licitações, constando indicação expressa da atribuição através de designação devidamente registrada e publicada.

No tocante aos Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias e demais documentos técnicos, verifica-se que foram elaboradas pela Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, com Anotação de Responsabilidade Técnica de n.º 9239870-9, sendo que este Órgão de Controle Interno não detém atribuições para análise pormenorizada de questões relacionadas às engenharias.

É o parecer.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando que a presente manifestação não se vincula aos aspectos técnicos envolvidos no objeto solicitado pelo órgão demandante, mas apenas para conferência do ato administrativo, existindo Parecer Jurídico de n.º 050/2024 constatando que foram cumpridos





todos os requisitos estabelecidos na legislação aplicável, consoante art. 65, IV do Decreto Municipal n.º 025/2024, opina-se pelo prosseguimento do trâmite licitatório.

Por fim, ressalta-se que cabe à Autoridade Competente analisar, avaliar e autorizar o ato de abertura de processo licitatório.

Nova Trento, SC, 03 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente

JESSICA DALILA SIDLOSKI SEMELER
Data: 03/05/2024 11:39:31-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Jéssica Dalila Sidloski Semeler Auditora de Controle Interno



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Praça del Comune, 126 - Centro - Nova Trento

CEP: 88270-000 CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205

E-mail: protocolo@novatrento.sc.gov.br



PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orcamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

🖂 - Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotações especificadas abaixo

[] - Não há recursos orçamentários para pagamento das obrigações

[] - Despesas Extraorcamentárias

16/2024 Processo

Modalidade: Concorrência eletrônica

Data do Processo: 13/05/2024

Objeto do Processo:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA

EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21, e LEI 123/2006 E

DEMAIS ALTERAÇÕES

Recursos orçamentários: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
08 001	Construção de Drenagem Pluvial	09 001 15 454 0000 1007 4 4 00 00 00	

Construção de Drenagem Pluvial

08.001.15.451.0008.1027.4.4.90.00.00

R\$ 62.547,50

Total:

R\$ 62.547,50

Total Geral:

R\$ 62.547,50

Nova Trento, 07 de Maio de 2024

ile vorger Cordon CPF: 070.505,999-56 Contadora CRCISC 03723010-0 Nova Trento "Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Praça del Comune, 126 - Centro - Nova Trento

CEP: 88270-000 CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205

E-mail: protocolo@novatrento.sc.gov.br Site:



AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) responsável por esta entidade, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a lei 14.133/2021, Art. 28, II e suas alterações legais, resolve:

1 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

Processo Administrativo:

16/2024

Modalidade:

Concorrência eletrônica

Forma de Julgamento:

MENOR PREÇO_CONCORRÊNCIA OBRAS - 14.133

Forma de Pagamento:

CONFORME MEDIÇÃO

P, o de Entrega:

90 DIAS

L. al de Entrega:

RUA ELIAS SALVADOR CADORIN

Vigência:

12 MESES

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21, e

LEI 123/2006 E DEMAIS ALTERAÇÕES

Observações:

Recursos orçamentários: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
08.001	Construção de Drenagem Pluvial	08.001.15.451.0008.1027.4.4.90.00.00	R\$ 62.547,50
		Total Entidade:	R\$ 62.547,5
		Total Geral:	R\$ 62.547,5

Nr Trento, 07 de Maio de 2024

Assinatura do Responsável









PUBLICAÇÃO

N° 5657122: DECRETO N. 044, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Nova Trento

MUNICÍPIO Nova Trento



https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:5657122

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br







Prefeitura Municipal de Nova Trento



DECRETO N. 044, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024.

NOMEIA OS AGENTES PARA ATUAR NO ÂMBITO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO EM CONFORMIDADE COM A LEI 14.133/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento/SC, e com fundamento no que dispõe a Lei 14.133/2021, a Lei Complementar Municipal n. 723/2024 e o Decreto Municipal n. 25/2024, **DECRETA:**

- Art. 1º O servidor público municipal Fábio de Freitas, inscrito na matrícula funcional sob o n. 7.163, fica nomeado para exercer a função de Agente de Contratação no âmbito dos processos licitatórios do município de Nova Trento/SC.
- **Art. 2º** O servidor público municipal Fernando Sens, inscrito na matrícula funcional sob o n. 8.711, fica nomeado para exercer a função de Pregoeiro no âmbito dos processos licitatórios do município de Nova Trento/SC.
- Art. 3º O Agente de Contratação e o Pregoeiro descritos nos artigos 1º e 2º deste Decreto serão auxiliados por equipe de apoio que será composta pelos membros abaixo listados:
- I Evelyn Andressa Benedett dos Santos, inscrita na matrícula funcional sob o n. 8.738;
- II Silvio Conhagui inscrito na matrícula funcional sob o n. 7.797.
- Art. 4º A Comissão de Contratação, quando for o caso, será nomeada por meio de ato próprio do chefe do Poder Executivo e designada para atuação em processos licitatórios específicos que lhe sejam atribuídos.
- Art 5° As atribuições dos agentes nomeados por este Decreto são àquelas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal n. 25/2024.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e revogada expressamente a Portaria n. 287/2021.

Prefeitura Municipal de Nova de fenoreiro de 2024.

PUBLICADO

diário oficial dos municipios - DOM/SC

CNPJ 82.925.025/0001-60

Praça Del Comune - Centro

88270-000 - Nova Trento/SC

Prefeito Municipal

Salara Machado





Segunda-feira, 04 de março de 2024 às 13:44, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 5689324: DECRETO N. 066, DE 1º DE MARÇO DE 2024

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Nova Trento

MUNICÍPIO Nova Trento



https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:5689324

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br





Prefeitura Municipal de Nova Trento



DECRETO N. 066, DE 1º DE MARCO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A PLATAFORMA ELETRÔNICA UTILIZADA PARA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS DOS PREGÕES E DAS CONCORRÊNCIAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento/SC, com fundamento no que dispõe o artigo 174, § 3°, inciso IV e o artigo 175, § 1°, ambos da Lei 14.133/2021, considerando o Cadastro de Órgão Público junto à Bolsa Nacional de Compras – BNC firmado em 04/03/2024, e considerando ainda que a plataforma eletrônica para realização de sessões públicas a ser ofertada pelo Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP não se encontra em pleno e adequado funcionamento, **DECRETA:**

- Art. 1°. Os pregões eletrônicos e as concorrências eletrônicas realizadas pela Administração Pública Municipal, direta e indireta, instituída e mantida pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto e indireto do Município, serão realizadas através da plataforma eletrônica da Bolsa Nacional de Compras BNC, respeitada a integração com o Portal Nacional de Compras (PNCP), nos termos do artigo 175, § 1°, da Lei 14.133/21.
- § 1º O sistema referido no caput utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.
- § 2º O edital do pregão eletrônico ou da concorrência eletrônica poderá dispor sobre as normas de credenciamento, cadastramento, prazos ou eventuais questões relacionadas ao acesso dos licitantes à plataforma de que trata o *caput*.
- Art. 2º. Serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico de que trata o artigo 1º, a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro ou o agente de contratação, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema, bem como serão previamente cadastrados os licitantes que manifestarem interesse em participar do Pregão Eletrônico ou da Concorrência Eletrônica
- § 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferivel, para acesso ao sistema eletrônico.

Rua Santo Inacio, (26: Fone (48) 3267-3218 Pracs Del Comme Centro - Las: (48) (267-1230

8877(1.000) Nova Trento/SC





§ 2º O cadastramento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado junto à plataforma de que trata o artigo 1º deste Decreto, o que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

§ 3º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediato à Bolsa Nacional de Compras - BNC para imediato bloqueio de acesso.

Art. 3°. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Parágrafo único. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 4º. No caso de desconexão com o pregoeiro ou com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do pregão ou da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes/Bolsas para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro ou o agente de contratação, quando possível, sua atuação no certame sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão ou da concorrência será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

Art. 5°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e revogado expressamente o Decreto Municipal n. 78/2020.

Nova Trento/SC, 4 de março de 2024.

Tiago Dalsasso Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Nova Trento
PUBLICADO

no diário oficial dos municipios - DOM/SC

Fablana Machado



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



PROCESSO Nº 16/2024 EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2024

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, por ordem do Prefeito Municipal, o Sr. TIAGO DALSASSO e por intermédio da Comissão composta pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto n.º 44/2024, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, às 09h00min do dia 29 de MAIO de 2024, com forma de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais n. 25/2024 e n. 66/2024 e alterações.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

- até às 8h30min do dia 29 de majo de 2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

- a partir das 09h00min do dia 29 de maio de 2024.

LOCAL: <u>www.bnc.org.br</u> (Bolsa Nacional de Compras – BNC). REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

O Edital e demais documentos poderão ser solicitados, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, através do e-mail licitacao@novatrento.sc.gov.br ou retirados no endereço eletrônico https://novatrento.sc.gov.br/licitacoes/

A Concorrência será na forma eletrônica, e a sessão pública acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).

1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARAEXECUÇÃO DE DRENAGEM DA RUA ELIAS SALVADOR CADORIN NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI N. 14.133/21, e LEI 123/2006 E DEMAIS ALTERAÇÕES, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS.
- 1.2 A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).
- 1.3 O **critério de julgamento** adotado será o de **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-00 Fone: 48 32673200

- Nova Trento
 Terra de Santa Paulina
- 1.4 **Modelo de Execução:** A execução se dará por empreitada por preço global, com os itens e quantitativos especificados na planilha orçamentária do projeto de engenharia.
- 1.5 Valor referencial: R\$ 62.547,50 (sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).
- 1.6 Local da Obra: Drenagem pluvial da Rua Elias Salvador Cadorin, Trinta Réis Nova Trento/SC.
- 1.7 A obra de engenharia a ser contratada deverá atender às quantidades solicitadas no projeto de engenharia, além de ser executada com segurança através do uso de Equipamentos de Segurança Individuais e Coletivos que se fizerem necessários durante a execução do objeto, bem como o atendimento às Normas Técnicas vigentes para os serviços prestados.

2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1 Poderão participar desta Concorrência Eletrônica as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS BNC, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
- 2.2 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 2.3 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a. Instrumento particular de mandato outorgando a operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação na concorrência, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO X;
- b. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, **conforme modelo ANEXO II** e;
- c. Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do agente de contratação.
- 2.4 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC Bolsa Nacional de Compras, conforme o ANEXO X.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-00 Fone: 48 32673200



2.5 A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.

3. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 3.1 O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - a. acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b. responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - c. abrir as propostas de preços;
 - d. analisar a aceitabilidade das propostas;
 - desclassificar propostas indicando os motivos;
 - f. conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - g. verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar:
 - h. declarar o vencedor;
 - i. receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
 - elaborar a ata da sessão;
 - k. encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

- 4.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.3 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.
- 4.2 A participação do licitante na concorrência eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar,



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

- 4.3 O acesso do operador na concorrência eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 4.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer concorrência eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC Bolsa Nacional de Compras.
- 4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.
- 4.7 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site https://bnc.org.br/, do telefone (42) 3026-4550 Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.
- 4.8 A participação na Concorrência, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 4.9 Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 4.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderá participar da presente concorrência eletrônica, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site https://bnc.org.br/
- 5.1.1 **Participantes:** Poderão participar do certame todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.
- 5.2 Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da lei nº 11.488, de 2007, para o Agricultor familiar, o Produtor Rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.3 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 5.3.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 5.3.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.3.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.3.4 Será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- 5.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.3.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.3.10 O participante que não cumprir com as regras estabelecidas neste edital.
- 5.4 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 5.3.1 e 5.3.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.5 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.6 O disposto no art. 14 da Lei 14.133/2021 não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1 Os licitantes encaminharão, <u>exclusivamente por meio do sistema eletrônico</u>, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço obedecendo duas casas decimais depois da vírgula, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, fornecidos pelo BNC.
- 6.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 6.5 <u>Até o horário definido para entrega dos documentos previstos no CAPUT</u>, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200

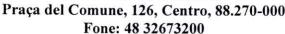


- 6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a. Valor unitário, obedecendo duas casas decimais depois da vírgula;
- b. Marca (quando for o caso) Ver Item 7.1. Alínea i;
- c. Fabricante Ver Item 7.1. Alínea i:
- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- e. Nos valores propostos estarão inclusos **todos os custos operacionais**, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/servicos.
- f. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, <u>não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto</u>.
- g. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- h. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- i. No caso de o fabricante ser o próprio participante, informar no preenchimento da proposta que será de fabricação "própria", sem mencionar o nome da empresa, evitando assim a identificação do participante.
- j. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, bem como a prestação de serviços, em







quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 7.2 O prazo de entrega/execução da obra obedecerá ao cronograma físico-financeiro, parte integrante deste processo.
- 7.3 O cronograma físico-financeiro estará disponível em formato Adobe Portable Document Format (.pdf).
- 7.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 7.5 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivamente impraticáveis, face aos preços correntes no mercado.

7.5.1 A PROPOSTA QUE APRESENTAR VALOR UNITÁRIO DO ITEM/LOTE SUPERIOR AO ESTIMADO, SERÁ DESCLASSIFICADA.

- 7.6 Serão desclassificadas as propostas, conforme Incisos do Artigo 59 da Lei 14.133/2021.
- 7.6.1 Nos casos em que as propostas ultrapassarem o desconto igual ou superior a 25% do valor orçado pela administração, o(a) agente de contratação poderá solicitar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no artigo 59, §2º da lei 14.133/2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até o horário previsto no caput deste edital para recebimento das propostas.
- 8.3 O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 8.4 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 8.5 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.7 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.8 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 8.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances <u>exclusivamente</u> por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.10 O lance deverá ser ofertado pelo menor preço, conforme Item 7.5.1.
- 8.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.
- 8.13 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.13.1 Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
- 8.13.2 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13.3 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.13.4 No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.13.5 Se a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública <u>será suspensa e reiniciada</u> somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, através do chat do sistema do BNC.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 8.13.6 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 8.13.7 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.13.8 Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar ao agente de contratação, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários (Conforme Item 7.5.1), no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9. DO MODO DE DISPUTA

- 9.1 Será adotado para o envio de lances na Concorrência eletrônica o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme o art. 56 da Lei 14.133/2021.
- 9.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- **9.3** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.4 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo. Após o término



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 9.6 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.9 O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.11 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar- se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.12 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.13 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.14 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no sub item anterior.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 9.15 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **9.16** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 9.17 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

- 10.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 10.2 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

- 11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- 11.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.3 Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação, auxiliado da equipe de apoio, examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.
- 12.2 Será desclassificada a proponente que:



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-00 Fone: 48 32673200

- Nova Trento Fis in Fish Paulina
- Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).
- d. Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 12.3 Caso entenda necessário, o agente de contratação ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de aferição de exequibilidade das propostas. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o agente de contratação ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:
- a. Da apresentação de planilha de custos; ou
- b. Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir comas obrigações assumidas.
- 12.4 A diligência servirá como subsídio para decisão do agente de contratação ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

13 DA HABILITAÇÃO

- 13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a pesquisa aos seguintes cadastros:
- **13.2 Consulta Consolidada** de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br;
- 13.3 Consulta da Certidão Negativa Correcional no site da Corregedoria-Geral da União CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): https://certidoes.cgu.gov.br;
- 13.4 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do agente de contratação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema eletrônico, no prazo definido pelo agente de contratação.
- 13.5 A verificação pelo agente de contratação e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 13.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-00 Fone: 48 32673200



- 13.7 Será julgada inabilitada a proponente que:
- a. Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;
- b. Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c. Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d. Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e. Apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 13.8 Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):
- 13.8.1 Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o agente de contratação adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- a. Serão analisados os documentos <u>não</u> integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.
- b. Serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, declarando-se:
- I O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou
- II O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 13.8.2 A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea "b" do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.
- 13.8.3 As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO II, de que se



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-00 Fone: 48 32673200



enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

- 13.8.3.1 A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.
- 13.8.3.2 A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.
- 13.8.3.3 A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.
- As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021 (modelo disponível no anexo II deste edital).
- 13.9 **HABILITAÇÃO JURÍDICA:** (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa)
- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt- br/empreendedor;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo,



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 13.9.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.10 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a. Inscrição do CNPJ, emitida através do site: http://www.fazenda.gov.br/; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.
- b. Prova de regularidade coma Fazenda Municipal de origem da empresa;
- c. Prova de regularidade coma Fazenda Estadual de origem da empresa;
- d. Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'c' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: http://www.fazenda.gov.br/;
- e. Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: https://consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf;
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: http://www.tst.jus.br/certidao;

13.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-00 Fone: 48 32673200



- 13.11.1 A empresa poderá apresentar, <u>facultativamente</u>, juntamente a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, o documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua sede tem atribuição para sua expedição.
- 13.11.2 Deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
- **II.** Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);
- III. Grau de Endividamento (GE) = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / (Ativo Total).
- 13.11.2.1 Os índices exigidos como mínimos serão apurados através das seguintes fórmulas:
- a. Liquidez Corrente: AC/PC = índice mínimo: 1,00.
- b. Liquidez Geral: AC+RLP/PC+PNC = índice mínimo: 1,00.
- c. Grau de endividamento: PC+PNC/AT = igual ou menor que 1,00.
- 13.11.3 Os índices deverão estar calculados para que o agente de contratação e equipe de apoio procedam somente com a conferência dos cálculos apresentados.
- 13.11.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 13.11.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).
- 13.11.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.12.1 Comprovação da capacidade Técnico-Operacional e Técnico-Profissional através de Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que a empresa proponente e seu responsável técnico já executaram (devendo se tratar de obra finalizada) objeto semelhante ao licitado, sendo exigido 50% (cinquenta por cento) dos itens de maior relevância previstos no orçamento base, devidamente registrado no CREA/CAU e acompanhado de acervo técnico com atividade de EXECUÇÃO,



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-00 Fone: 48 32673200





nos termos do artigo 67, inciso II, § 1º e § 2,º da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme planilha abaixo:

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANTIDADE (EXECUTADA)
ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	М	80
CAIXA DE CAPTAÇÃO	UN.	4

- 13.12.1.1 O registro do Atestado de Capacidade Técnico Profissional no CREA/CAU deverá ocorrer antes da data agendada para o certame.
- 13.12.2 A empresa deverá comprovar seu registro de pessoa jurídica no Conselho através de Certidão de Registro de Empresa emitida por este Conselho, comprovando sua regularidade no ano em questão (2024).
- 13.12.3 A empresa deverá comprovar o vínculo de no mínimo 01 (um) profissional de nível superior em Engenharia Civil e ou Arquitetura através de:
- a. Cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social, contendo as folhas: número e registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração se salário; ou
- b. Ficha de Registro de Empregados, em frente e verso; ou
- c. Contrato de Trabalho, com firma reconhecida; ou
- d. Contrato de Prestação de Serviços.
- 13.12.4 Caso o responsável técnico for o próprio proprietário da empresa, devidamente comprovado no Contrato Social apresentado para este certame, a (s) cópia (s) da Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregados ou do contrato de Trabalho, ficará (ão) dispensada (s).
- 13.12.5 O Responsável Técnico deverá comprovar seu registro de pessoa física no respectivo Conselho através de Certidão de Registro emitida por este Conselho, comprovando sua regularidade no ano em questão (2024).
- 13.13 **<u>DEVERÃO</u>** SER APRESENTADAS AINDA JUNTAMENTE NA HABILITAÇÃO:
- 13.13.1 **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO** necessários conforme exigido no presente Edital e também que não haverá nenhuma paralisação na execução dos serviços pela falta dos mesmos, conforme **ANEXO V**.
- 13.13.2 O proponente deverá apresentar junto à documentação de habilitação, ainda, a declaração de ciência da localização do objeto licitado, consubstanciado através da DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA, conforme ANEXO IV.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 13.13.3 DECLARAÇÃO da proponente informando que ESTÁ CIENTE DE TODOS OS COMPONENTES EXPRESSOS NAS PEÇAS GRÁFICAS, MEMORIAIS, PLANILHAS E PERSPECTIVAS, e responsabilizando-se pela execução de todos os itens constantes nesses documentos, conforme ANEXO VI.
- 13.13.4 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES, conforme ANEXO II.
- 13.13.5 **DECLARAÇÃO QUE SE OBRIGA A APRESENTAR O CNO DA RFB NO INÍCIO DA OBRA**, estando o primeiro pagamento condicionado a esta apresentação, e sua respectiva CND de INSS da Obra da RFB, ao final, estando condicionado o Termo de Recebimento da Obra Definitivo à apresentação deste documento, conforme **ANEXO VII**.
- 13.13.6 **DECLARAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA**, de no mínimo de 05 (cinco) anos para os serviços contratados que deverá correr a partir da data do Termo de Recebimento da Obra Definitivo, emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Engenheiro Fiscal do Contrato, conforme item 18.1, conforme **ANEXO VIII**.

14 DAS DILIGÊNCIAS

- 14.1 Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao(s) atestado(s) técnico(s) emitido(s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.
- 14.2 Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA do processo licitatório.
- 14.3 As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, de acordo como prazo estabelecido pelo agente de contratação em ata.
- 14.4 A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do agente de contratação, no âmbito de sua competência.
- 14.5 A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)".
- 14.6 Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



15 DOS RECURSOS

- 15.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em até 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.
- 15.2 As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 15.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 15.4 Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo.
- 15.5 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade competente estar autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

16 DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

- 16.1. Após a manifestação dos interessados, ao Agente de Contratação fará a análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:
- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;
- 16.2. Se o Agente de Contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior (prefeito), a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.3. Na elaboração de suas decisões, o prefeito será auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-las com as informações necessárias.
- 16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o prefeito adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.



Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 Fone: 48 32673200



- 16.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final do Prefeito.

17 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 17.3 Após a homologação, o Contrato será enviado por e-mail com prazo de 3 (três) dias úteis para a devida assinatura do responsável legal. O contratado deverá fazer a assinatura no documento e encaminhar via e-mail para: licitacao@novatrento.sc.gov.br. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no diário oficial dos municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

18 GARANTIAS, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 18.1 Haverá **garantia quinquenal** desta obra de engenharia, pois se trata de construção considerável (Lei Federal n.° 10.406/2002, artigo 618).
- 18.2 Ainda, a obra de engenharia deve cumprir fielmente as especificações da descrição dos itens e do projeto de engenharia, bem como todas as exigências do Termo de Referência.
- 18.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no Item IX do Termo de Referência, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo coma Lei 14.133/2021.
- 18.4 Será exigido **garantia contratual** conforme previsão no art. 96, § 1º da Lei Nº. 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.